
007ª SESSÃO ORDINÁRIA – 17FEV2014

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, que solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 17 a 26 de fevereiro de 2014.

A Mesa declara empossado o Suplente, Ver. Roni Casa da Sopa, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul – CEFOR, em função da impossibilidade de os Suplentes Carlos Casartelli e Elói Guimarães assumirem a Vereança.

A Ver.^a Séfora Mota, solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares de 17 a 20 de fevereiro de 2014. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa-tarde, Presidente, Vereadores e Vereadoras, todos que nos assistem; eu estou aqui com um sorriso, mas um sorriso de tristeza. Na semana passada, vim a esta mesma tribuna falar sobre o caso de racismo contra nosso amigo Tinga, nosso irmão, uma pessoa querida pelos gaúchos, querida no Brasil. E, agora, uma manicure e um policial negros também foram ofendidos, na frente de várias testemunhas, por uma australiana. E vi o jornal hoje de manhã, ela está solta. Eu sabia que era um crime inafiançável, mas esse crime tem fiança? Trata-se de negro, não é injúria; racismo, pelo que eu vejo, tem fiança. O que mais me deixa indignado é que ela vem lá de outro país, é australiana; como se já não bastasse o que nós, negros, temos aqui dentro do nosso País. Nós, negros, já sofremos preconceito racial dentro do nosso País! E, não bastasse isso, pessoas de outro país estão vindo aqui para nos ofender também. Que raça somos nós? Que país? Eu acho que temos que olhar mais as leis e dar uma punição forte a essas pessoas porque, daqui a pouco, sinceramente, eu, como

negro, não sei para que lugar eu vou para poder viver em paz, viver feliz, amar meu próximo sem ofensa e sem preconceito racial. É incrível isso!

Com a Copa do Mundo daqui a pouquinho aqui no Brasil, será que nós, negros, vamos ser o alvo de tudo isso? Quando a Copa do Mundo aconteceu na África... Ou será que esse povo que vem lá de fora pensa que o Brasil não tem negros? Somos nós, negros, índios, homossexuais, todo o mundo entrando numa dança! Somos povos! Ou não somos pessoas, somos bichos e não merecemos respeito? Até onde vamos sofrer? Desde 1500, quando foi descoberto – e não foi descoberto este País, este País já existia com pessoas como os índios aqui –, nós sofremos. Mas eu pergunto: até onde? Qual a era? Nós já temos os computadores, nós conversamos com o mundo em meio segundo, nós olhamos o mundo em um minuto! Que preconceito! Sempre que tiver isso aí, eu venho defender a raça, sim, seja quem for. Na semana passada, eu vim aqui pelo irmão Tinga, mas, também, por causa da raça. Não se passaram dez dias, e aconteceu isso. De acordo com os dados atualizados disponíveis no *site* da Secretaria de Segurança Pública, houve 409 crimes raciais em 2012! Vamos esperar chegar a dez mil? Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Ausente. O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Ausente.

(14h28min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em discussão o PLCE nº 005/13, com Veto Parcial. (Pausa.) O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/13, com Veto Parcial.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, são essas coisas que desencadeiam, depois, discussões seriíssimas nesta Casa.

Eu faço um apelo à representação do Executivo para que venha aqui dizer, minimamente, por que estão vetando parcialmente um projeto de autoria do próprio Executivo. Nós não podemos ficar votando sem um conhecimento maior daquilo que está para ser votado. Por favor!

Então, eu solicitaria à representação do Executivo nesta Casa, às Lideranças, para que nos deem as mínimas condições de esclarecimentos.

Claro, poderia eu ter pego este projeto nos arquivos e ter feito uma análise. Agora, vamos combinar que é mais dinâmico, mais sensato, que a própria representação do Executivo nos faça uma fala rápida, aqui, e nos diga por que o próprio Executivo veta um projeto de sua autoria. Salvo, evidentemente, mas aí precisamos saber, se houve possível emenda de algum Parlamentar que tenha levado o Executivo à decisão de vetar essas medidas, que pode ser entendido assim, tal qual acontece neste caso, e ser um veto parcial.

De nossa parte, fica o apelo para que possamos receber algumas informações para orientar a nossa votação num projeto do próprio Executivo, que manda o veto parcial para esta Casa apreciar. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/13, com Veto Parcial.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, muito boa tarde, uma ótima semana a todos aqueles que nos assistem. Eu não pude me aprofundar em toda a amplitude no veto do Sr. Prefeito, mas um dos vetos diz respeito a uma proposta que nós fizemos na Lei de Inovação Tecnológica do Município, que é uma lei que eu subi aqui, inclusive, se não me engano, três vezes, para defendê-la, de origem do Município, a qual nos somamos na perspectiva de manter aquilo que sempre afirmamos, de uma oposição alinhada com aquilo que é de interesse para a Cidade. E nós entendemos que esse projeto, sim, tinha uma importância, já que tinha sido construído por diversos segmentos ligados às áreas da inovação e da tecnologia da

Cidade, com as quais eu também mantive diálogo. Fizemos aquela importante missão a São Francisco, e dali nasceu, então, essa proposta de fomento e estímulo aos projetos. O que pedia a nossa singela emenda, Ver.^a Sofia? Que todas as análises de incentivo tivessem que passar pelo Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia. E, naquele dia, Ver. Airto Ferronato, se encontravam aqui vários membros do Conselho Municipal de Tecnologia, membros do Tecnopuc, membros ligados ao Fórum de Software Livre, assim como o Vice-Presidente do Conselho. E, se eu não me engano – e creio que, neste tema, não estou enganado –, nós construímos de forma consensuada, Ver. Cecchim – eu, o senhor, o Ver. Nagelstein e o Ver. Nedel, que também esteve naquela viagem –, essa emenda, que tão somente pedia que todos os projetos de isenção e de incentivo fiscal que se encontram previstos na lei tivessem que passar pela análise do Conselho Municipal de Tecnologia. E o Prefeito, para a nossa surpresa, vetou esse medida, essa sugestão, essa proposta construída e votada por consenso por esta Casa, que dizia o quê? Apenas que os incentivos não fossem de Governo, deste ou daquele Partido, mas que, acima das estruturas partidárias e políticas, fossem da Cidade, vinculados aos órgãos técnicos e de participação da Cidade, que, no caso, é o Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia, que há anos luta por essa temática e que tantas e tantas conquistas já nos trouxe, tornando Porto Alegre uma referência na nova economia e na Área de Ciência e Tecnologia. Para nossa surpresa, o Prefeito não considerou essa construção. Eu sei que o Ver. Airto está estudando atentamente, são muitas as questões. Mas eu não consigo compreender como é que o Prefeito que, inclusive na viagem a São Francisco, Ver.^a Sofia, na Universidade de Stanford, palestrou sobre o Orçamento Participativo e a experiência de Porto Alegre – eu estava lá –, para vários professores renomados do mundo, aqui, na primeira oportunidade, veta a participação social, através do conselho técnico, para fazer o acompanhamento das leis de incentivo e fomento.

Então, eu fico um pouco assustado, e peço que nós possamos analisar com calma, e, efetivamente atender a esse clamor que o Conselho Municipal está fazendo. Eu recebi vários *e-mails* dos conselheiros, pedindo, Ver. Flecha, que nós possamos analisar a importância de que todo pedido de fomento, enquadrado na lei – porque é boa a lei –, para uma empresa ter incentivo, seja enviado ao Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia para parecer, e que, em seguida, o projeto siga para a Secretaria de Inovação

e Tecnologia da Prefeitura dar o *o.k.* se, efetivamente, o pedido está enquadrado naquilo que a Cidade quer para estimular a inovação e a tecnologia na Cidade.

Faço um apelo aos colegas que nós não renunciemos às prerrogativas desta Casa e nem à participação técnica que nós construímos aqui para votarmos esse projeto. Inclusive foi aprovado, se eu não me engano, pela imensa maioria das Bancadas, não vou dizer o consenso, mas mais de 95% votou a favor desse projeto, com a construção desse acordo. Então, Ver. Airto, peço que o senhor faça um apelo ao Governo: que não renuncie a essa construção que nós fizemos e não vete essa proposta.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/13, com Veto Parcial.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Sr. Presidente, Ver. Professor Garcia; Vereadores e Vereadoras, há, no Veto do Sr. Prefeito, um item da Lei da Inovação, que justamente diz respeito a uma emenda que foi acordada nesta Casa, porque, para nós, à primeira vista, não havia nenhuma dificuldade de as isenções passarem pelo Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia. No entanto, são algumas isenções que já existem no projeto original, ele já possui isenção de alguns tributos. O art. 6º fala em isenção do IPTU, isenção total ou parcial do ITBI, porque são anteriores já para a formação do seu projeto. O Ver. Reginaldo Pujol, no seu Parecer, esclarece alguns detalhes. Ele diz claramente que as isenções citadas se referem exclusivamente às pessoas físicas ou jurídicas que se enquadrarem nos termos desta lei. E ele fala ainda mais, que a norma contida no art. 12 resta por subverter a lógica legal instituída em lei em tela, brindando perigosamente com antagonismo à Constituição Federal, à luz da previsão constante em seu art. 150, § 6º, bem como nessa esteira viola diretamente o disposto no inciso II do art. 7º da Lei Complementar nº 611, de 2009. A lei diz claramente, e nós já tivemos esses detalhes anteriormente aqui nesta Casa, quando votamos a isenção do ISSQN sobre o transporte coletivo, e muitos assuntos entraram de contrabando nessa lei. E aí o Ver. Pujol cita especificamente o inciso II do art. 7º da Lei Complementar nº 611/09: “a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a esse não vinculado por afinidade, pertinência ou conexão”. Então, por isso, por infringir a Constituição Federal e também a lei tributária nº

07, esse veto encaminhado pelo Sr. Prefeito foi parcial. Eu me baseio muito pelas informações do nosso Ver. Reginaldo Pujol. Entendo que todos nós precisaríamos maiores esclarecimentos, maiores detalhes; mas precisamos ficar de acordo com os pareceres. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/13, com Veto Parcial.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu gostaria de trazer algumas observações, Ver. Kopittke, que reforçam a sua posição e a necessidade desta Casa, mantendo a sua autonomia e a construção que aqui faz, de derrubar esse veto do Sr. Prefeito. Nós construímos esta emenda coletivamente. Eu me lembro muito bem, Ver. Alberto Kopittke, que convenceu, trabalhou com a nossa Bancada a importância deste Projeto. Nós temos sempre muita dificuldade de simplesmente estabelecer programas de incentivo horizontalmente, sem critérios, sem a participação popular, sem o critério da indução de desenvolvimento com inclusão, sem o critério público republicano dessa concessão. E a nossa Bancada trabalhou esta emenda junto com vários Vereadores. Aliás, esta Emenda – vale a pena recuperar, não sei se a DL consegue –, é assinada por várias lideranças; não é uma emenda de um Vereador apenas. Ela foi construída com a Secretaria de Ciência e Tecnologia, com a presença da direção do Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia aqui na Casa. Primeiro, há um veto do Sr. Prefeito a um dispositivo que é resultado de diálogo e de cuidados que esse Parlamento estabeleceu sobre uma lei de concessão de incentivos. Que sentido, que problema tem o Executivo Municipal em socializar com o Conselho, o incentivo ou a empresa que quer incentivada, ou o projeto que está ofertado para ser incentivado. Qual é o problema dessa transparência, desse compartilhamento, inclusive de responsabilidade, porque uma concessão de incentivo é algo de grande responsabilidade, é uma renúncia fiscal. Respaldo pelo Conselho Municipal de Ciências e Tecnologia, o Governo erra mais, erra menos, está menos suscetível à crítica, está mais garantido o debate de transparência e de critérios.

Primeiro, é uma construção desta Casa; segundo, é uma construção suprapartidária; terceiro, – aí argumento com a Constituição Federal, Ver. Nedel, problematizando o veto do Ver. Pujol, o Parecer para a manutenção do veto – a Constituição Federal fala exatamente o inverso, que o poder será exercido pelo povo, que o poder emana do povo, será exercido pelo povo, através dos seus representantes legitimamente eleitos, ou diretamente.

Portanto, a Constituição Federal remete a todas as formas de representação, de participação da sociedade no Governo, no poder. E se há um Conselho de Ciências e Tecnologia, nós esperamos que não seja um Conselho para constar, um conselho simplesmente para consultar, um conselho para enfeitar a Cidade. O conselho tem que ser empoderado. Se nós, de fato, queremos cumprir a Constituição, devemos empoderar a representação social, a organização social, o debate que os cidadãos e cidadãs fazem. Então, eu quero fazer aqui um apelo a V. Exas., o veto é restritivo da cidadania, é restritivo da democracia, é restritivo da participação popular, é restritivo da autonomia e da construção deste Legislativo. Ele também é restritivo em relação ao Legislativo.

Para concluir, Sr. Presidente, digo a V. Exa. que a nossa Casa vai enfrentar vários vetos neste início de ano. E eu espero que nós tenhamos a força e a coragem de estabelecer o que a Constituição e os legisladores previram ao estabelecer um sistema com o Executivo, com o Legislativo, com o Judiciário, com órgãos de controle. Portanto, descentralizando o poder, tornando o poder, de fato, mais acessível e permeável à população, através do empoderamento de todas as instâncias. Então, derrubar o veto significa respeitar o que este Legislativo, ouvindo a sociedade, construiu.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/13, com Veto Parcial.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu me inscrevi para discutir o veto, além das questões de conteúdo, Ver. Aírto Ferronato – Líder do Governo –, para discutir o método com que este Governo tem tratado as contribuições da oposição e mesmo do Legislativo. Nós tivemos esse veto, agora, justamente num dos aspectos democráticos que foram incluídos a partir da luta de

várias entidades ao projeto. Nós tivemos o veto ao projeto de nossa autoria que trata da questão da isenção dos impostos para escritores municipais. Apesar de ter sido combinado, nós tivemos dezenas de reuniões aqui do Legislativo, veio o Presidente da Ages, o escritor Caio Riter, vieram os escritores conversar com os Vereadores, veio a representação da Fazenda. Decidiu-se aprovar o projeto; começou 2014 com o veto do Executivo ao nosso projeto, e, da mesma forma, o veto a essas emendas que aparecem na tarde de hoje, mostrando uma prática recorrente de unilateralidade do Executivo Municipal. Uma posição absolutamente antidemocrática de desconsiderar as contribuições que várias Bancadas, Vereadores e indivíduos podem construir e dar para a Cidade, oferecendo projetos que promovam a leitura – no caso, o nosso projeto –, projetos que ampliem a participação popular, projetos que pautem outros elementos daqueles que foram apontados nesse projeto. Eu me lembro de uma emenda que foi rejeitada, do Ver. Cláudio Janta, rejeitada já no projeto que trata da lei de incentivo tecnológico, que era uma emenda muito correta, que faria com que todas as empresas que recebessem incentivo tivessem que deixar o seu potencial tecnológico para a cidade de Porto Alegre, uma contrapartida, porque, senão as empresas deixam de pagar impostos, ganham benesses, mundos e fundos, agregam tecnologia, agregam valor, aumentam seus lucros, e a contribuição para a Cidade é zero. A proposta do Ver. Cláudio Janta era de que se colocassem à disposição da Cidade, da Procempa, enfim, os avanços tecnológicos daquelas empresas que ganhassem evidentemente as isenções tributárias. Isso já não foi aprovado lá, quando da votação do projeto. E nós botamos em votação por dois momentos a emenda do Ver. Cláudio Janta. Mas eu queria deixar esse registro ao Ver. Airto Ferronato, Líder do Governo, porque essa posição unilateral, autoritária e intransigente do Governo tem sido recorrente nesta Casa.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Presidente, para facilitar a comunicação, eu quero informar a V. Exa. que solicitei que o Vice-Prefeito receba as Comissões – a CEDECONDH e a CECE –, em função da Lei dos Artistas Populares, que também vai para a sanção ou para o veto. Então, o Vice-Prefeito nos receberá na quarta-feira, às 14h em ponto, para uma reunião rápida. Eu gostaria muito de que pelo menos uma representação de cada uma das Comissões fosse, para nós não termos esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Vereadora, esse assunto tem que ser colocado daqui a um pouquinho, porque ele não é pertinente ao assunto. Depois, V. Exa. poderá fazer esse informe, vamos dar essa oportunidade.

O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/13, com Veto Parcial.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, quero aqui discutir o veto do Sr. Prefeito Municipal ao projeto que trata da inovação tecnológica, projeto este que a Casa aprovou com grande debate, por unanimidade dos Vereadores, projeto esse que veio aqui a esta Casa inúmeras vezes; a Secretária Deborah Villela veio fazer diálogos e conversas, acordando inclusive com este plenário a votação e aprovação dessa emenda que agora está em discussão aqui nesta Casa. Então, percebemos que essa emenda teve muitas mãos e não é uma emenda que tem um cunho partidário de A ou B. O que diz a emenda? E há poucos dias, Ver. Bernardino, nós estávamos tratando aqui de um projeto de sua autoria que tratava de ter critérios para aquelas empresas que recebem isenções poder doar ou não para o mundo político, principalmente para os processos eleitorais. E essa emenda que foi aprovada vem ao encontro do debate que fizemos aqui, na semana passada, do projeto de sua autoria. O que diz a emenda? Que é possível, sim, conceder isenções e incentivos às empresas, só que essas empresas têm que ter um olhar, uma análise para que invistam justamente na qualificação da Cidade e no avanço da ciência e tecnologia. Bom, e que essa análise, para que essas empresas tenham essas concessões, seja feita pelo Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia – diga-se de passagem –, que é um conselho que já tem os seus 30 anos e que trabalha, representa todos os segmentos da Cidade, representa aqui os intelectuais, as universidades, o setor das empresas, o setor de tecnologia da informação e comunicação, as associações, seja do *software* livre, seja dos empresários da tecnologia. Então, nós entendemos que essa emenda é muito salutar para a Cidade e é uma emenda que vem acompanhada de um processo em que Porto Alegre é pioneiro, que é o processo da democracia participativa. Portanto, se nós tivermos um conselho, que é o Conselho Municipal da Ciência e Tecnologia, analisando a possibilidade de incentivo para as

empresas e/ou isenções tributárias, que essas empresas tenham uma corresponsabilidade de aplicar esses recursos e ter contrapartida no desenvolvimento tecnológico, nada melhor do que um Conselho Municipal. Portanto, não dá para nós chamarmos os conselhos só quando o problema se torna grande, como é o caso agora do transporte, que está se remetendo bem-feito e bem remetido ao Conselho do Plano Diretor e ao Conselho do Orçamento Participativo, mas temos que prever os debates, analisar as possibilidades, e, para isso, valorizar este conjunto de representações democráticas da cidade de Porto Alegre. E o Conselho de Ciência e Tecnologia é um conselho que já deu muitas contribuições para a cidade de Porto Alegre. Portanto, analisar aqui que a aplicação dessas isenções seja feita... Ver. João Carlos Nedel, o senhor que veio à tribuna, quero registrar que este foi um acordo construído com a Secretária que lá está, que é do seu Partido, a Secretária Deborah Villela. Entendemos que é um acordo bem construído, prezado Ver. Villela. Então, nesse sentido, é importante que possamos manter este diálogo com a Cidade. Aqui não é nenhuma desconsideração ao Sr. Prefeito Municipal, pelo contrário, é o entendimento de valorizar as instituições democráticas da Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Encerrada a discussão. Em votação o PLCE nº 005/13, com Veto Parcial. (Pausa.)

O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 005/13, com Veto Parcial.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu estava exatamente conversando com a Secretária Deborah, e, realmente, não é possível, não é adequado, de bom tom, que nós sejamos convidados para participar da construção dos PLs e não convidados para participar das discussões dos vetos. Então, temos um problema. Já que se trata de questões formais, passemos por esta mínima formalidade. Eu peço aos colegas do Governo que possamos adiar esta votação, possamos discuti-la por, pelo menos, mais duas, três sessões. Eu posso fazer um juízo diverso, não há

problema algum. A Secretária me teceu argumentos jurídicos com os quais, num primeiro momento, não concordo.

Eu lia, Ver. Cecchim, a lei e a normatização que organizam o Fundopem, que é o fundo que gerencia as isenções fiscais do Governo do Estado, é um fundo antigo por onde já passaram todos os grandes investimentos aqui no Rio Grande do Sul, e eu fazia uma comparação de que, sim, é fundamental nós termos esses conselhos acompanhando a gestão das políticas de isenção.

Então, não vou me alongar aqui, Sr. Presidente, eu só peço aos colegas do Governo que, de forma colaborativa, técnica e dialogando... Porque nós sempre colocamos que, quando fosse um assunto bom para a Cidade, a oposição – aqui falo em nome do Partido dos Trabalhadores – está à disposição para o diálogo; mas o diálogo só ocorre quando as duas partes querem. E o que nós temos cobrado são gestos, por parte da Prefeitura, que demonstrem também que o diálogo é, para essa gestão, um compromisso, ou talvez apenas uma figura de retórica. Então, friso aqui, porque podemos estar diante de mais um momento em que essa gestão se mostra impermeável às opiniões que não sejam as suas, que não sejam aquelas de dentro da sala e do Paço Municipal; que não esteja aberta a dialogar com nenhum outro setor da sociedade, ouvir outras vozes. Então, eu fico um pouco receoso desse pequeno veto nos remeter a toda uma postura que vai causar mal à Cidade. Por quê? Porque seja lá quem for que estiver no Governo, Ver.^a Jussara, pode – eu não vou dizer que será – conduzir de maneira que esses benefícios fiscais sejam utilizados para fins eleitoreiros, partidários. E eu sei que nenhum dos colegas quer isso. E por isso que se remete à estrutura dos conselhos, para que eles protejam aquilo que há de mais precioso na política fiscal da Cidade, que são os mecanismos de beneficiamento. Nós não temos nenhuma outra ferramenta a não ser essa, por isso que eles têm que ser protegidos e tão bem cuidados pela nossa Cidade, e nada melhor do que colocar isso nas mãos do Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia. Então, faço esse apelo aos colegas do Governo que nós possamos atrasar, quem sabe eu me convença... O Presidente já me traz aqui que não há como. Nós, mais uma vez, somos impelidos a discussões em que a Cidade realmente perderá. Então não posso deixar de fazer o apelo aos colegas que nós possamos reafirmar o acordo aqui construído para aprovar essa lei, construído pela minha pessoa com a Secretária e com o

Governo e que, infelizmente, resta vetado pelo Sr. Prefeito. Que pelo menos esta Casa mantenha os seus acordos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Só para um esclarecimento, Ver. Alberto Kopittke. O veto tranca a pauta. Então só por isso nós não podemos fazer isso. Não é má vontade. A casa é política, poderia, mas tem um aspecto regimental; só por isso.

O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 005/13, com Veto Parcial.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Ilustre Sr. Presidente, Ver. Professor Garcia; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu tive acesso, agora, efetivamente, à redação final e, pelo que eu deduzo, o Prefeito vetou o art. 11 e o art. 12. O art. 12 tem uma característica, e acho que nós nos equivocamos na redação. O art. 12 diz: os projetos beneficiados pelas isenções tais e tais deverão ser submetidos ao Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia. Submetido, Ver. Kopittke; eu entendo que submetido quer dizer que eles decidem a sim ou não. Esse é o problema, eles não podem decidir. Quem decide é esta Casa, quem decide é a Prefeitura. O Conselho não tem poder para aceitar ou vetar um projeto de isenção. Quem tem poder é a Prefeitura, e esta Casa autoriza também. Foi um problema de redação. Poderia ser assim: o Conselho dá o seu parecer, dá a sua orientação, dá o seu entendimento, mas ele não pode determinar, ele não pode vetar ou conceder – isso que eu entendi ser o objetivo deste Veto. Veto apenas o artigo 12 – e eu acredito, não tenho certeza, porque não tenho a publicação no Diário Oficial que deveria estar aqui. Ele apenas vetou o artigo 12, que determina que todos os projetos de isenção, Ver. Villela, sejam submetidos à deliberação do Conselho, e o Conselho não tem poderes para aceitar ou vetar um projeto de isenção; é uma Lei Fiscal que tem a sua regulamentação adequada. Portanto, a minha orientação é de que o veto seja mantido. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 005/13, com Veto Parcial.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, o Ver. Nedel faz uma exposição com a qual eu concordo na íntegra. Lá no artigo 6º do projeto nós temos algumas definições e imposições sobre isenção. Então, como incentivo nós temos isenção total ou parcial do IPTU, do ITBI e assim por diante. O que nós temos aí? Nós temos que a aplicação da Lei de Isenção não cabe em nenhuma análise, sim ou não, sequer do Prefeito, dos fiscais, do Secretário. Ou a Lei prevê isenção ou não. Portanto, filio-me à posição do Nedel, a quem eu estava ouvindo atentamente, dizendo que, na verdade, se há, definida por lei, uma isenção, não caberia ao Conselho Municipal essa análise dizendo sim ou não. Se existe uma lei, Ver. Cecchim, que diz que é isento, vai ser isento; se não existe essa lei, não será isento. O que cabe é uma análise preliminar: antes da concessão da isenção, caberia, sim, uma consulta à cidade de Porto Alegre. Portanto, eu acho que o melhor encaminhamento para essa matéria é mantermos o veto, e que o Vereador ou os Vereadores, que apresentaram a emenda, apresentem uma redação diferenciada como forma de projeto de lei, e a Câmara vai depois discutir se vota ou não. Acho que é a forma mais adequada para definirmos a matéria, ou seja, estabelecermos algumas condições a mais no projeto de lei e não simplesmente definir que as isenções sejam encaminhadas ao Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia, porque isso, na verdade, não seria a forma mais adequada de acontecer. Portanto a nossa proposta: aceitamos o veto e depois os titulares da emenda estudam se querem ou não apresentar um novo projeto neste mesmo sentido, com uma redação diferente. Era isso. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Em votação nominal o PLCE nº 005/13, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 7 votos **SIM**; 18 votos **NÃO**; 2 **ABSTENÇÕES**. Mantido o Veto Parcial

Em discussão o PLL nº 167/13, com Veto Parcial. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. João Derly, está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 167/13, com Veto Total, como autor.

O SR. JOÃO DERLY: Sr. Presidente; demais Vereadores; público nas galerias, vamos tratar sobre o programa de combate à obesidade, Porto Alegre Mais Leve, onde nós temos o Veto em quatro incisos do art. 2º. No inc. IV – A capacitação do servidor público municipal para trabalhar diretamente com a população, tornando-o um agente multiplicador da segurança alimentar e nutricional em sua plenitude; no inc. V – A implementação de centro de diagnóstico e de tratamento dos casos de sobrepeso e obesidade integrados ao sistema nacional de vigilância alimentar e nutricional, subsidiando a intervenção pública; no inc. VII – A adoção de medidas voltadas à disciplina da publicidade de produtos alimentícios para a infância em parceria com as entidades representativas da área de propaganda, empresas de comunicação, entidades da sociedade civil e do setor produtivo e o inc. IX – A instalação de marcadores de distância percorrida em trajetos predefinidos utilizados para prática esportiva em parques, praças e cidades. Esses são os incisos para o Veto. Nós viemos defender a derrubada desse Veto, como Bancada, em meu nome e no nome da Ver.^a Jussara Cony, eu, como proponente desta Lei, a qual foi aprovada por nós e pela maioria dos Vereadores. Primeiramente, porque o SUS nos diz que a principal causa de doenças coronárias e diabetes é a obesidade. E acho que a informação é fundamental para a conscientização da população sobre esse perigo. E o problema da obesidade na cidade de Porto Alegre tem sido agravado em índices alarmantes; 55% da população da Cidade está com sobrepeso.

Há pouco tempo, houve uma matéria da RBS TV, em março de 2013, sobre o crescimento de 3%, nos últimos cinco anos, de obesidade infantil, o que é um aumento muito significativo.

O Vereador e ex-Presidente Dr. Thiago conhece bem sobre isso. E o objetivo da redução e do combate à obesidade é muito grande, muito importante, principalmente para as crianças que têm vivenciado isso em nossas escolas, com a oferta de alimentos não saudáveis. Elas têm tido problemas, não têm sido acompanhadas, não têm tanta informação.

Então, é importante nós tratarmos esse mal. Eu sei que houve vários argumentos técnicos levantados pela Prefeitura, mas nós não podemos nos deter só no técnico; se a obesidade é grave, nós é que devemos agir com propostas, com projetos que realmente

possam surtir efeito, que possam realmente mudar o caráter da nossa Cidade, de fato, combatendo a obesidade.

Então, isso parte com o objetivo de manter esses incisos para que ocorra uma transformação real dentro da nossa Cidade no âmbito do combate à obesidade.

É necessária a adoção de medidas para que as crianças possam ser disciplinadas, aumentando os seus conhecimentos. Nós temos notícia de 35 escolas que mudaram o seu cardápio para que pudessem ser inseridos alimentos integrais e legumes, mas creio que isso seja muito pouco para que possamos fazer uma grande mudança nos hábitos alimentares.

Então, peço, encarecidamente, aos demais Vereadores que derrubem o Veto, e que mantenhamos a proposta inicial do Projeto para que tenhamos uma mudança radical na nossa Cidade para que possamos combater a obesidade com muito afinco e intensidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 167/13, com Veto Parcial.

O SR. DR. THIAGO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, quero agradecer ao Ver. João Derly por trazer este tema a esta Casa. Não discutimos especificamente o seu Projeto, na Bancada, mas eu saúdo como extremamente meritória a discussão sobre a questão da obesidade.

No ano passado, nós propusemos aqui um projeto vislumbrando as necessidades principalmente dos operados bariátricos, que crescem em contingente e, realmente, nós vimos, nas discussões públicas que se seguiram ao projeto, que, até nessas discussões públicas, eles são extremamente discriminados.

Então, o obeso – assim como o negro, assim como, muitas vezes, o índio – é discriminado.

É importante que a população que nos assiste entenda que a obesidade é um problema de saúde, talvez o grande problema deste novo século. Talvez, a obesidade seja a grande patologia que acaba levando à hipertensão sistêmica, a diabetes, a distúrbios cardiovasculares, e a distúrbios cerebrovasculares.

Na sua gênese, a obesidade faz com que placas de gordura acabem se acumulando nas paredes dos vasos, e isso leva, muitas vezes, a um problema cardiológico irreversível e com sequelas, a um problema vascular, a um AVC – Acidente Vascular Cerebral, a um derrame, e faz com que, realmente, naquelas comunidades menos aquinhoadas, com maiores dificuldades, o pai de família acabe tendo um AVC que não é recuperado, Ver. João Derly, e isso tem a sua gênese lá no processo da obesidade. Por isso, entendemos extremamente meritório esse seu projeto.

Eu acho que essa discussão realmente tem que ser ampliada na Cidade. A obesidade tem que ser francamente discutida, e não o entendimento fácil de que a obesidade é um problema daquela pessoa em específico, pelo fato de não se cuidar ou ser relaxada. Isso não é verdade! A obesidade é um problema de saúde e tem questões ambientais, individuais e genéticas que a facilitam, ou seja, a obesidade surge dentro dessa plêiade de fatores, desses multifatores, e, realmente, precisa ser discutida com muita profundidade. É preciso ter uma política específica para efetivamente combater esse grande problema de saúde pública, que é o problema da obesidade.

Portanto, Ver. João Derly, quero dar-lhe os parabéns por essa iniciativa e lhe agradecer por trazer à discussão esse tema, que não é menor – não devemos dizer que é uma coisa menor, como foi dito num outro projeto. Eu utilizo o seu projeto para mencionar o meu, na discussão dos operados bariátricos. É um grande problema de saúde pública. A questão vinculada às cirurgias bariátricas precisa ser ampliada em Porto Alegre. O tratamento do obeso precisa ser encarado de frente, com mais vigor, como um grande problema de saúde pública. Com medidas anãs, não vamos conseguir diminuir esse sério problema.

Eu repito: em 2011, quando estávamos à frente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, tivemos aqui uma grande reunião sobre a questão das cirurgias bariátricas, da qual dez obesos participaram – inclusive, estão nos relatórios da Comissão, do ano de 2011. Desses dez obesos, cinco obesos, Ver. João Derly, hoje, estão mortos. Nós precisamos encarar melhor essa questão da obesidade e ter, sim, uma política pública efetiva para combater, para poder dar sequência ao tratamento dessas milhares e milhares de pessoas que acabam tendo esse problema.

Só para dar um dado, são mais de 60 mil pessoas no País que fazem essa cirurgia por ano; na região da grande Porto Alegre são duas mil pessoas que são submetidas à cirurgia bariátrica, para poder controlar os efeitos da obesidade que, volto a dizer, é uma

questão multifatorial. Não é relaxamento do gordo, isso não deve ser tratado e encarado como uma situação de que aquela pessoa não se cuida, mas como um problema de saúde que precisa ter medidas efetivas para poder ser combatido. Portanto, Ver. João Derly, parabéns pela sua iniciativa.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Dr. Thiago. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 167/13, com Veto Parcial.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras. Os Vetos feitos pelo Sr. Prefeito, lamentavelmente, tiram a força da iniciativa do Ver. João Derly e tiram a força da incidência deste Parlamento sobre a Cidade, sobre as políticas públicas e sobre as condições de qualidade de vida da nossa população. Infelizmente isso não é isolado, aconteceu também isso com a nossa lei de prevenção do uso profissional da voz. A Prefeitura retirou todos os dispositivos que comprometiam em realizar um programa de prevenção do uso do profissional da voz, em especial com professores. E, neste caso, Ver. João Derly, retirou a capacitação do servidor público para trabalhar diretamente com a população, não o tornando um agente multiplicador da segurança alimentar e nutricional em sua plenitude. Quer dizer, se não capacitar nem os seus funcionários, se não capacitar as servidoras que preparam a alimentação na escola, as professoras, com curso de nutrição, mas não é curso em universidade. Nós tivemos uma experiência belíssima, Ver. João Derly, na Zona Sul da Cidade, em 2004, quando três escolas adotaram a compra de produtos direto da agricultura familiar. A Prefeitura fez parceria com a Emater, fez parceira com órgãos que dominam esse conhecimento, ofertou a formação aos professores na área da alimentação e, com isso, transformou completamente o momento da alimentação num momento pedagógico, porque os professores potencializaram, nas suas aulas de ciência, seja a composteira, seja o projeto Lixo Zero na cozinha; as merendeiras, a senhora que prepara alimento, as atendentes aprenderam a utilizar as folhas, a utilizar todo o alimento, a utilizar casca, a fazer alimentos diferenciados, mais nutritivos, transformou a vida de muita gente. Isso é capacitar os funcionários públicos. A gente vê agente comunitário de saúde, por exemplo, que mantém hortas no PSFs, por quê? Porque entende que saúde é prevenção, e

alimentação é prevenção à saúde, Ver. Tarciso, sabemos ou não sabemos disso? Todo alimento que o ser humano ingere pode trazer saúde ou pode trazer doenças. Aliás, grande parte das doenças vem da alimentação. Portanto, o Município se descompromete completamente, não aceita que ele tenha que fazer minimamente formação com quem está lidando com os públicos mais vulneráveis.

Depois veta – até é um pouco mais compreensível porque, bem, aí tem um custo maior – a implementação de Centro de Diagnóstico de Tratamento de Sobrepeso e Obesidade. Eu tenho certeza de que essa pesquisa é uma pesquisa possível hoje nos hospitais públicos, nas equipes de pesquisa, nas residências, nas parcerias, acredito que é possível fazer por dentro do Sistema Único de Saúde. É inexplicável o Veto, e é necessária a pesquisa prevista por lei. Quer dizer, diagnosticar o tema do sobrepeso, da obesidade e poder trabalhar com a intervenção pública é muito importante.

Vetou também a integração de políticas municipal, estadual e nacional de segurança alimentar. A adoção de medidas voltadas à disciplina da publicidade de produtos alimentícios na infância em parceria com entidades representativas; o Vereador ainda fala da parceria. Quer dizer, a restrição à propaganda, nós já votamos nesta Casa: nas escolas não podem ter cartazes, propagandas de alimentos com gordura saturada, com sal e com açúcar. Aliás, avança no Congresso a proibição desse tipo de alimento dentro da escola. Portanto, que dificuldade tem o Município de trabalhar uma política nesse sentido?

E ele ainda vetou o direcionamento especial das ações às comunidades que registrem baixo nível de renda e desenvolvimento econômico e social. Quer dizer, priorizar – como diz a Igreja – a opção preferencial pelos mais pobres, mais vulneráveis. Se não dá para fazer a política para todos, a lei indica que sejam escolhidas as comunidades mais vulneráveis. Portanto, eu não compreendo se, de fato, o Executivo leva a sério essa temática do sobrepeso, da obesidade, da precocidade de doenças advindas da má alimentação pelos Vetos feitos à lei do Ver. João Derly. Com esses Vetos, nós temos uma lei que será um dito, que será um conceito, que será uma intenção, mas não há nenhum compromisso que reste de que essa política seja levada a cabo pelo Executivo Municipal ou por parcerias que ele possa promover.

Então, eu acho, Ver.^a Jussara Cony, desrespeitoso com esta Casa, desrespeitoso com o autor, e é o demonstrativo da falta de seriedade, de fato, na responsabilidade que o Executivo tem com a área da alimentação.

Eu gostaria de não estranhar, mas, infelizmente, a compra direta de produtos para a alimentação escolar acabou completamente na cidade de Porto Alegre. Isso enquanto se avançou muito a legislação, enquanto a nossa área urbana, a nossa área rural-urbana, a nossa produção orgânica exemplar numa grande cidade para o País, e o Município não tem a opção política de valorizar essa alimentação saudável nas escolas e uma educação para a alimentação saudável. Entendo que a nossa Casa deva derrubar o Veto para dar plenitude à legislação proposta pelo Vereador.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 167/13, com Veto Parcial.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa-tarde, Vereadores, Vereadoras, todos os que nos assistem; parabéns, João Derly, o senhor tem o apoio e o aplauso deste Vereador do PSD.

Há quatro ou cinco anos aqui na Câmara, eu venho batendo sobre a merenda escolar. Os Estados Unidos, hoje, é o campeão de obesidade, tanto em crianças quanto em jovens. O Brasil, eu não sei se é o segundo ou o terceiro, porque as nossas crianças, os nossos jovens estão se alimentando e lá, quando adultos, há o sofrimento, todos nós sabemos da consequência. Como é bom, no verão, um sorvete de chocolate, uma massa, quem não gosta? Mas, em casa, temos que começar a aprender a nos alimentar e a educar os nossos filhos também, para que a escola reforce isso na alimentação e na merenda. É muito difícil, eu tenho combatido muito: a cada restaurante que eu vou aqui no Centro, ou noutra cidade, eu procuro ver o *buffet* e vejo que o *buffet* é muito pobre em comidas ricas para o nosso organismo. Chamo o gerente e coloco: por que não pode ter quatro, cinco ou seis itens integrais? É difícil tu educares as crianças de tua cidade, os jovens se em casa não tem, no restaurante não tem, na escola não tem, é muito difícil!

Então, chegou o momento de começarmos a educar as nossas crianças para que, lá no futuro, elas não cobrem essa conta do Estado, do Município ou dos pais, porque é uma conta muito pesada. Eu tenho diabetes e sei o que é isso.

Importante também, e eu venho batendo muito, são os campos de futebol, os campinhos de várzea. Esses campinhos estão acabando. E aí, essas crianças, naquela ansiedade, e vai alimentação pesada! E onde queimar essa alimentação? Não tem um campinho para jogar um futebol, não tem uma quadra poliesportiva para jogar um basquete, jogar um vôlei, jogar um futsal, é uma Cidade de pedra, onde não tem como queimar, gastar toda essa alimentação que estão colocando. Se fosse uma alimentação saudável para o nosso organismo, como a Sofia citou aqui há pouco, nas escolas, as hortas comunitárias, as crianças apreendendo sobre a cenoura, sobre todos os alimentos ali plantados... Eu conheci uma criança que não comia cenoura nem arroz integral, porque nunca tinha comido, achava aquilo ruim. E, hoje, ela está adulta e me agradece por isso. Quando eu tinha a escolinha, antes da política, eu cobrava. As crianças só viajavam com a minha escolinha para outros lugares para jogar futebol se haviam se alimentado com o alimento que eu pedia na semana. E eu perguntava para as mães! Além de cobrar, eu incentivava a criança que aquilo ali seria bom para ela lá dentro do campo de futebol: ela cansaria menos, ela teria a mesma condição dos outros.

Então, tem que haver um incentivo também por parte dos governos para os campinhos nas escolas, os campinhos nas praças, alguma movimentação nas praças aos sábados e aos domingos para essas crianças. João Derly, eu quero te dar os parabéns, conta com este Vereador aqui, que vai ser sempre um Vereador da saúde, do esporte, daqueles jovens saudáveis no futuro. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Queremos registrar a presença do Lupicínio Filho, o Lupinho, que está construindo, junto com o Memorial da Casa, este ano, uma homenagem da Câmara Municipal de Porto Alegre aos cem anos da obra e do talento de Lupicínio Rodrigues. Obrigado, Lupinho, pela presença, sei que estás trabalhando muito.

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 167/13, com Veto Parcial.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, o mérito desse projeto de lei, vetado parcialmente pelo chefe do Poder Executivo, é reconhecido nas próprias razões do veto, que reconhecem a relevância do mesmo, do projeto, dos seus objetivos e evidentemente restringe-se a declarar, se nos parece, com correção, a inconstitucionalidade e a ilegalidade de dispositivos do projeto que não comprometem os objetivos maiores que ele busca alcançar. No nosso parecer, na Comissão de Constituição e Justiça, nós fomos exaustivos nessa análise. Não vou lê-la, na medida em que o nosso tempo é curto; acentuarei, tão somente, que, acolhido o veto parcial do Sr. Prefeito Municipal, os objetivos do projeto, especialmente as suas diretrizes, estatuídas no art. 2º, serão 70% ou mais admitidas, sem necessidade de nenhum tipo de correção. Em verdade, as diretrizes preconizadas pelo autor, Ver. João Derly, são em número de nove, e não mais do que três ou quatro são atingidas pelo veto parcial. As principais, como aquelas instituídas no inciso III, alínea *a* e *b* – a promoção de campanhas de conscientização que ofereçam informações básicas sobre alimentação adequada, por meio de materiais informativos e institucionais; e estímulo ao aleitamento materno, como forma de prevenir a obesidade e a desnutrição –, que se afiguram como as principais diretrizes estabelecidas, são integralmente respeitadas. Como são cinco ou seis outras diretrizes arroladas pelo autor, então, quer me parecer, Ver. João Derly, que o seu projeto, na essência, é reconhecido e proclamado. Já é lei nesta hora, com a ressalva dos vetos apontados, que, ao meu juízo, não só representam afrontas à Carta Maior da República e à Lei Orgânica do Município como também, por si só, não justificam o projeto e, aceitado o Veto Parcial, não ficará desfigurado o projeto do Ver. João Derly, pelo contrário, ficará consagrado, na sua mais absoluta pureza, podendo imediatamente ser cobrado do Executivo o início da eficácia da proposição, que só é válida, Ver. Tarciso, na medida em que ela for executada. Só é válida se realmente for reconhecida como está sendo pelo Poder Executivo, com a ressalva que eu estou reconhecendo, que opôs. Então, reconhecida a pureza da proposta nos seus mais importantes aspectos, nas suas mais eficazes diretrizes e nos seus mais claros objetivos, sem maior preocupação, nós podemos acolher o veto parcial sem prejudicar, de forma nenhuma, que se transforme em realidade objetiva as proposições do ilustre Ver. João Derly, que merece os parabéns da Casa e que merece o reconhecimento amplo da sociedade porto-alegrense, já

proclamado pelo Prefeito José Fortunati ao reconhecer a relevância da proposição com as necessárias correções por ele propostas. Por isso eu venho à tribuna não só em função de ter sido relator da matéria, mas muito mais porque gostaria de mais uma vez acentuar o meu aplauso à iniciativa do Ver. João Derly para dizer que o Executivo Municipal foi comedido ao propor o veto parcial que não compromete, Ver. Mario Fraga, a excelência do projeto, muito antes pelo contrário, purifica, enaltece e clarifica. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Em votação nominal o PLL nº 167/13, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 10 votos **SIM**; 14 votos **NÃO**; 3 **ABSTENÇÕES**. Mantido o Veto Parcial.

Em votação o Requerimento nº 007/14. (Pausa.) A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 007/14, de sua autoria.

A SRA. MÔNICA LEAL: (Coloca máscara no rosto.) Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, ocupo esta tribuna, hoje, sem identificação, mascarada, a não ser pelo meu nome que o senhor chamou, numa casa pública, para requerer Moção de Apoio à família do jornalista, cinegrafista, repórter, covardemente morto no ofício do seu trabalho. Solidariedade à família, ao Conselho Nacional dos Jornalistas, ao grupo Bandeirantes. Esses mascarados mataram um homem covardemente. Essa foi uma morte anunciada. Quando nós tivemos, aqui nesta Câmara, mascarados, o Bloco de Lutas, que invadiram este plenário, nós fomos manchete nos jornais do mundo inteiro. E uma audiência conciliatória foi determinada para, no outro dia, os mascarados – está aqui, eu tenho todas as manchetes, todos os jornais (Mostra jornais.) – zombarem de todas as instituições; mascarados. Aqui é uma casa pública. Eu estou mascarada.

Ora, que incoerência: nós pedindo voto aberto lá no Congresso e permitirmos que mascarados façam manifestações! Um mascarado só pode querer o mal. Por que esconder o rosto numa manifestação? É claro. Isso tudo era previsível. Mas as autoridades se acovardaram. Teve Governador até que recebeu o Bloco de Lutas. Isso, senhores e senhoras, é, no mínimo, uma incoerência; para não dizer participação nesses

movimentos de vândalos. Nós sabemos muito bem que essa parcela que tende a dizer, a fazer *glamour*, são desordeiros, bagunceiros, vândalos, incendiários, delinquentes, agora bandidos, que mataram um homem, destruíram uma família. E nós, as autoridades do País inteiro, ficamos de braços cruzados, como espectadores.

Nesta Casa, no dia 13 de setembro, eu protocolei um projeto proibindo o uso de máscaras. Cadê o projeto? Ora, nós não podíamos nos acovardar! Eu não faço política por voto; eu faço política por consciência, por convicção. Eu subo a esta tribuna, mais uma vez, para dizer que esses movimentos que agora nós vemos em todos os jornais – Senado, Câmara Federal, Assembleia Legislativa –, todos pedindo às autoridades uma ação que iniciou aqui, na Câmara Municipal de Porto Alegre. Quando esses mascarados invadiram o plenário nós fomos inclusive manchete no jornal Folha de São Paulo. O mundo inteiro noticiou isso. É com muita tristeza que eu faço essa Moção de Solidariedade à família de um colega da comunicação, que nada mais fez do que cumprir com o seu trabalho, assim como eu estou aqui hoje, e mascarada, para o anonimato. Qual é objetivo disso senão esconder a sua identidade? Não venham me dizer que uma pessoa que vai com o rosto tapado tem alguma boa intenção! Ora, não é possível tamanha ingenuidade! Por que não trabalhar na prevenção? Nós agora estamos tentando resolver algo que poderia ter sido feito lá atrás, nesta Casa e no Brasil inteiro, por que não dizer? Eu quero dizer aos senhores que cumpri a minha parte como Vereadora da Capital do Rio Grande do Sul. Entrei com esse projeto no dia 13 de setembro, quando senti na pele – fui Secretária de Estado da Cultura –, quando um mascarado subiu no Museu Júlio de Castilhos e depredou uma fachada, que custou muito caro para restaurar. Ali, eu entrei com esse projeto: quando eu vi nas ruas da nossa cidade o vandalismo, a depredação e o risco da morte. A morte espreitando. E aconteceu no Rio de Janeiro, assim como um coronel da brigada, um soldado, também foi fortemente agredido. O que mais vamos querer? As autoridades estão esperando o quê, senão cumprir a sua parte que é oferecer segurança ao cidadão de bem; aos legisladores, fazer esse tipo de projeto; aos senhores, votarem por unanimidade. Não se acomodem! Não se a covardem, porque movimento social que é sério não usa máscara, vai para uma manifestação de cara limpa fazer as suas reivindicações. É isso, Presidente. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Ver.^a Mônica, em nenhum momento eu quis cortar a sua palavra, mas este Presidente entende que V. Exa. poderia ter, na fase inicial, porque todo o tempo também é uma forma de ficar mascarada e perder a identidade. Respeito a posição, ouvi, mas só queria fazer esse comentário, porque acho que é importante para os outros aqui na Casa.

Aprego Requerimento, de autoria do Ver. Cláudio Janta, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no período de 9 a 13 de fevereiro de 2014.

O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 007/14.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, diz a Ver.^a Sofia que no ano passado eu me apresentei quase o tempo todo também mascarado, mas foi por uma boa causa. Aqui nesta Casa nós precisamos entender que, em certos momentos, até brincadeira é possível. Não é por isso que vamos deixar de tentar ao menos ser propositivos.

Ver.^a Mônica Leal, V. Exa. traz um assunto que nós já estamos debatendo desde a invasão desta Casa, desde os movimentos de junho do ano passado pelo passe livre, enfim. Nós precisamos, em primeiro lugar, dizer que toda vez que houver respeito ao patrimônio público, toda vez que houver respeito ao direito de ir e vir dos cidadãos de um modo geral é possível convivermos com esses movimentos. Quero cumprimentá-la, primeiro, porque acho que quando se tem oportunidade de vir a esta Casa nós não podemos passar por aqui em vão, como se ao final do mandato de quatro anos nada tivesse acontecido, em nenhum momento buscarmos justificar nossa passagem por aqui, ainda que haja um grande número de pessoas que diga o seguinte: “Ah, nunca se ouviu falar nada do fulano ou da fulana”. É verdade. Normalmente esse fulano ou essa fulana se dispôs a fazer alguma coisa para que pudesse chamar a atenção. Sempre que for positivo, houver uma boa causa, nós estamos aí para aplaudir, por isso quero cumprimentá-la. Vejo que V. Exa. fala do seu projeto – como eu disse, outro dia – que trata de proibir pessoas mascaradas de fazerem movimentos, de participarem de reivindicações. A questão da capacidade de o Vereador propor esse tipo de Projeto de

pág. 24

Lei, até tenho dúvidas, mas eu também sou da linha de que, na dúvida, que proponha, porque nós só estamos aqui nesta Casa, seguidamente propondo algumas ações e Projetos que são julgados sem capacidade jurídica, porque o Congresso Nacional é pálido, não se dispõe a enfrentar as grandes causas deste País. É por isto, Vereadora, que eu quero lhe dizer: se os manifestantes podem usar máscaras, por que não podem os militares, os profissionais que estão em defesa da causa pública, até para sua própria segurança? Por que não podem eles então? Essa é uma grande discussão que precisamos fazer em nível nacional. Quem pode efetivamente usar, se esconder? Eu me inclino naquela linha de que nenhum cidadão tem esse direito, a não ser aqueles que pretendem fazer, como V. Exa. disse, alguma maldade, bom, esse precisa se esconder. Mas se for permitido que esses que saem – entre aspas – não dispostos a fazerem depredações, e se esses podem, vamos dizer, usar a máscara, por que não pode um policial militar também omitir o seu nome na camisa ou omitir a sua identificação? Essa é uma discussão muito interessante que precisamos enfrentar. Quero aqui, já disse em outra oportunidade, dizer que o Santiago Ilídio Andrade não morreu em vão; com certeza, um trabalhador que lá estava cumprindo com sua missão, que deixa sua família; com certeza o resultado disso que lamentamos servirá para salvar milhares de vidas neste País.

Eu não quero aqui fazer comparações, mas acho que se fosse um servidor da construção civil que tivesse tido a fatalidade que ocorreu com o Andrade, com certeza não estaríamos aqui debatendo; por isso quero fazer esse registro.

Ainda que eu não tenha uma inclinação para essas movimentações rebeldes, precisamos estudar por que essas pessoas estão fazendo essas movimentações da forma como estão fazendo? E se elas estão sendo financiadas, quem está financiando? Quem? A quem interessa essas movimentações, depredando o patrimônio público, muitas vezes pequenos comerciantes que estão ali pagando seus impostos com dificuldade, trabalhando no dia a dia, empregando.

Que a morte do Santiago Ilídio Andrade possa servir para que possamos salvar mais vidas, Presidente. Toda vez que acontece algo assim, com certeza as autoridades brasileiras devem ser levadas a pensar: por que não fizemos algo para garantir o direito também de quem faz protesto, mas muito mais de quem está trabalhando? Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Ver. Bernardino. O Ver. Nereu D'Avila está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 007/14.

O SR. NEREU D'AVILA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, outro dia já estive nesta tribuna para também me somar a toda a nacionalidade, que esteve, e está ainda, de luto por essa morte incrível de um trabalhador pertencente à Rede Bandeirantes.

Quero saudar a iniciativa da Ver.^a Mônica, saudar a iniciativa do Ver. Manfro também, que tem o mesmo sentido, logo em seguida, uma outra Moção. De qualquer maneira, esta Casa não poderia se omitir neste momento. Porto Alegre é muito importante no conceito da cidadania, das iniciativas populares, da consciência política, para ficar aleatoriamente distante do assunto. Mas, infelizmente, sempre se diz que o bojo de uma situação ruim traz normalmente alguma coisa positiva. Pois, ao prantearmos e lamentarmos o que o Brasil todo lamentou – a morte do jornalista –, houve duas coisas importantes. A primeira, é que esses arruaceiros, hoje se sabe que são subsidiados – inclusive citados Partidos políticos explicitamente, que participariam desse subsídio. Sabe-se que se fosse o inverso, alguém que estivesse nas manifestações para protegê-las, a Brigada ou a Polícia Militar, no caso do Rio de Janeiro, que carnaval seria feito contra a violência, contra isso, contra aquilo. Como os governadores, inclusive o Governador Tarso Genro, o próprio Prefeito e o Governador do Rio de Janeiro têm chamado atenção que haja proteção somente à situação para assegurar as manifestações. Muitos críticos inclusive falam que está se deixando até que desordeiros avancem o sinal, que foi o caso. Essa é a primeira situação. A segunda situação é que o próprio Governo Federal, o Ministro da Justiça está preocupado com o assunto e redigindo... O Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, Beltrame, aliás, nosso conterrâneo, já levou ao Congresso Nacional também um projeto em relação aos excessos em manifestações populares. E hoje o jornal Zero Hora traz o debate do limite entre o direito à manifestação e o que o Governo Federal está preocupado, que é inclusive a inibição de máscaras. Há inclusive a iniciativa, nesta Casa, da Ver.^a Mônica; há iniciativa na Assembleia Legislativa, também, com o projeto da proibição de máscaras, mas o Governo Federal, Ver.^a Mônica, não sei se V. Exa. leu os jornais de hoje, está preocupado – a própria Zero Hora faz um editorial delimitando –,

porque a Constituição assegura que ninguém pode ficar no anonimato, mas, por outro lado, também há a liberdade da manifestação; há que se manter em cima de uma futura proibição que não iniba as manifestações de liberdade de expressão, que são asseguradas, e também iniba essa questão de mascarados que não têm responsabilidade nenhuma com os gestos que se consubstanciam nessas manifestações. Quero dizer que, infelizmente, a morte do jornalista – que lamentamos e jamais pensaríamos em algo tão violento, tão absolutamente constrangedor para toda a nacionalidade contra alguém estar colaborando com a liberdade de imprensa, um repórter ser atingido tão violentamente por essa irresponsabilidade –, infelizmente, também trouxe alguns aspectos positivos, porque o que estava acontecendo não podia continuar. Na verdade, estavam se repetindo as mesmas coisas de junho: a boa intenção dos manifestantes, a solidariedade nossa com mudanças em relação ao transporte público, à mobilidade urbana, à situação da educação, à situação da saúde e da própria segurança, eram manifestações de junho, monstruosas, e que estão se repetindo também com pessoas de muito bom grado e que vão lá na boa-fé, mas, ao lado delas, estão mascarados, irresponsáveis, desordeiros e subsidiados.

Então eu digo pela quinta vez: infelizmente lamentamos a morte do jornalista, mas vão ocorrer situações, inclusive a partir do Governo Federal, para tomar providências desses excessos, em todos os sentidos.

Então, o mártir em que se transformou esse jornalista, mártir da nacionalidade, sim, porque estava trabalhando, deixa a sua família. Aliás, a sua filha deu uma entrevista muito boa, a sua esposa também, sem vindita, sem ódios – sem ódios! –, mas pedindo paz, amor e, principalmente, a punibilidade em relação ao futuro, porque agora virá a Copa e virão manifestações que eu considero legítimas, porque cada um tem o direito de pensar o que quiser, como os que são contra a Copa.

Hoje, ainda, eu ouvi o jornalista Paulo Sant’Ana, veementemente contrário a Copa, porque já está sendo usado dinheiro público, sim! Enfim, a liberdade absoluta de cada um manifestar a sua opinião. O que não pode são as manifestações que vão ocorrer em relação à Copa, com depredações e possíveis excessos como o que ocorreu com esse jornalista.

Por isso, acho que a iniciativa da Vereadora e do Ver. Manfro, em não deixando em branco, *in albis*, esta Câmara, como se nada tivesse ocorrido em relação a esse

lamentável episódio! Portanto, o nosso voto da Bancada é evidentemente favorável. E que, a partir de agora, novas situações jurídicas sejam feitas e exercidas para que, futuramente, tão lamentável episódio não se repita. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Mario Manfro está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 007/14.

O SR. MARIO MANFRO: Sr. Presidente, Ver. Professor Garcia; colegas Vereadores, público que nos assiste, provavelmente eu não vá ocupar nem os cinco minutos que me são concedidos. Como sou o autor do Requerimento nº 04, que se confunde com o Requerimento da Ver.^a Mônica Leal, e o meu requer Moção de Repúdio à morte do cinegrafista Santiago Andrade, morto no exercício da profissão, até para que eu não precise encaminhar o outro Requerimento, a fim de que se torne mais célere a nossa Sessão, primeiro falo sobre o Requerimento da Ver.^a Mônica Leal, que requer Moção de Solidariedade com a família. Como bem falou o Ver. Nereu D'Avila, eu também escutei, Vereador, a entrevista da família do jornalista Santiago e realmente me emocionei, porque não se falou em ódio, não se falou em rancor; se falou em amor, em solidariedade. Então, isso é muito importante que se diga.

A perda de um ente querido na família não tem dimensão, não tem como dimensionar a dor que esses familiares estão sentindo. Mas, infelizmente, era uma morte anunciada, não a dele, mas, certamente, mais cedo ou mais tarde, nós teríamos uma tragédia dessa dimensão.

A Moção de Repúdio a que me refiro, é a Moção de Repúdio, principalmente ao descaso das autoridades. As autoridades estavam vendo! Eles são especialistas na área da segurança, eles estão vendo que está num crescendo a barbárie, porque havia atos de barbárie, eram lojas sendo quebradas, saqueadas, bancos quebrados, ônibus incendiados – mas, até agora, ninguém tinha perdido a vida.

Realmente, Ver. Nereu, é como V. Exa. colocou, oxalá, que a morte desse mártir sirva, pelo menos, para que as autoridades se deem conta do que está acontecendo no nosso País.

Eu discordo um pouquinho, quando se fala nos mascarados, porque não são só os mascarados! Tem gente de cara limpa ali, porque eles têm certeza da impunidade, eles vão e chutam portas, eles quebram pequenos comércios, e não estão nem aí! E muitos deles não têm máscara, não! Porque eles sabem que vão responder a um termo qualquer, sei lá, eu não sou jurista, e vão estar nas ruas no próximo protesto e vão fazer tudo de novo.

Então, quero fazer um apelo, principalmente à juventude que use esse ímpeto, essa indignação, essa vontade de mudanças, mas usem de uma forma sem violência, vão às ruas, se manifestem – há tantas coisas realmente erradas no nosso Estado, no nosso Município, no nosso País, no mundo –, mas se manifestem de uma forma civilizada, sem colocar em risco a vida de inocentes, sem colocar em risco o patrimônio muitas vezes adquirido com muita luta de pequenos comerciantes que, de um dia para o outro, se veem falidos em virtude desses vândalos. Esses não são manifestantes, são vândalos, e essa diferenciação, além de ser feita, tem que ser coibida. Os vândalos têm, sim, que sofrer repressões; têm, sim, que ser punidos, até em homenagem aos próprios manifestantes. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Ver. Mario Manfro.

O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 007/14.

O SR. ALBERTO KOPITKE: No dia da morte do cinegrafista, eu escrevi um *post* no meu Facebook que dizia assim: “O conservadorismo Black Bloc fez sua primeira vítima. Não foi acaso ou acidente. Essa é a sua própria forma de ação, sua própria razão de existir. Num aventurismo autoritário, reproduzem as piores ideologias totalitárias, que sempre encontram alguma forma de defender o uso da força contra aqueles que pensam diferente. E, de quebra, ainda fazem com que todas as pessoas que gostariam de se manifestar nas ruas por uma sociedade mais justa sintam medo e se afastem das mobilizações e os setores mais reacionários da sociedade brasileira se aglutinem em torno da, entre aspas, defesa da ordem. Ao invés de mudanças, fortalecem o que

pretensamente lutam contra. Afinal, a quem e ao que servem os Black Blocs?! O cinegrafista Santiago Andrade pode nos dizer.”

Eu acho que a sequência dos fatos, como o que nós vimos aqui e temos visto, não na expressão do Ver. Nereu, com a qual eu concordo plenamente, nem na do Ver. Mario Manfro, mas esse tipo de atitude que nós vimos acaba jogando o nosso País numa espiral da insensatez, que é muito comum na história da humanidade e muito comum na história do nosso País. Esses jovens que fazem e justificam o uso da violência como forma de protesto – e eu tenho muito orgulho de fazer parte de um partido de 34 anos que sempre foi para as ruas mostrando sua cara para defender todas as suas bandeiras, e muitos foram presos, ao longo da história, por defenderem essas opiniões. Mas o que nós temos visto no Brasil, sobre o que não posso me furtar de falar, Ver. Nereu, é da espiral da insensatez, onde um ato de radicalização passa a justificar o próximo do outro lado. Nos últimos dias eu vi, como no jornal Zero Hora de domingo, um apedido do Tenente Coronel Riccardi – filiado ao PP, o mesmo Partido da Ver.^a Mônica –, onde ele diz: “Reajamos contra todos eles, estejam eles onde estiverem”. Eu vejo a fala do Deputado Heinze; eu vejo as falas do Deputado Bolsonaro; eu vejo os movimentos para que o País tenha uma lei antiterrorismo, uma lei que decrete o estado de exceção neste País; eu vejo, efetivamente, que nós entramos nessa espiral da insensatez. Eu discordo ideologicamente do PSOL, mas eu jamais vou deixar que façam com o PSOL o que fizeram com o PCdoB, ao longo da História do Brasil, que é justificar, nas costas deles, os seus ímpetos autoritários, os seus ímpetos de tomar o poder, pois eu quero dizer que as instituições do nosso País estão funcionando, o Ministério Público está funcionando, o Judiciário está funcionando, a Polícia Civil está funcionando, a Polícia Militar está funcionando e a Polícia Federal também está funcionando e assim por diante. Nós não precisamos de vozes que joguem o País para o fundamentalismo político! Este é o momento de solidariedade com aquela família, este é o momento de repúdio a todas as formas de violência, mas não a incitação do estado, efetivamente, de desordem que alguns, mais uma vez, fazem. É preciso dizer que a história se repete. Um ato de insensatez de um lado faz o outro lado reagir com insensatez. É uma afronta, sim, a este Parlamento a senhora vir aqui de máscara, para chamar atenção, aparecer no jornal e clamar, na verdade, para que o País volte a ter um estado de exceção, que a senhora jamais repudiou nesta tribuna. Talvez, a senhora gostasse que a forma com que a

Brigada agiu na ocupação da Câmara fosse a mesma que a Brigada usou quando assassinou o Elton Brum, militante do MST, morto com sete tiros nas costas. Não é essa a forma do Estado Democrático de Direito, que tem as suas instituições para punir, para identificar, como fez e como fará. Por isso, a solidariedade à família do cinegrafista. Jamais, da minha parte, pode-se transformar num discurso que conclame o autoritarismo no Brasil; democracia cada vez mais forte e especialmente para vencer aqueles que usam a violência. Eu lembro, para encerrar, que isto foi dito num artigo no jornal Zero Hora: o Hitler, dois dias depois de ser eleito democraticamente, queimou o Parlamento alemão para dizer que foram os comunistas, e declarar o estado de exceção na Alemanha. Que a morte desse cinegrafista não sirva para os mesmos fins no Brasil.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 007/14.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Vereadores, Vereadoras, fico muito tranquila de ouvir e compactuar com muito do que foi dito pelo Ver. Alberto Kopittke, Vereador do Partido dos Trabalhadores, que trouxe alguns elementos importantíssimos para este debate. Mas, antes de qualquer coisa, eu queria me solidarizar com a família do jornalista Santiago Andrade, pela situação absurda, a morte trágica, absurda que esse jornalista teve exercendo seu trabalho numa manifestação. E, ao mesmo tempo, como nós já havíamos feito na semana passada, quando foi trazida essa discussão do lamento da morte do jornalista Santiago Andrade. Eu quero repudiar terminantemente a tentativa da direita mais conservadora de, a partir de uma tragédia, uma morte absolutamente absurda desse jornalista, criar factoides e fatos para tentar criminalizar os movimentos sociais de conjunto, como é o AI5, que tramita no Senado, um projeto de lei que busca cercear todo e qualquer liberdade democrática de manifestação; a tentativa de associar e desmantelar, em uma campanha suja, sórdida, absurdamente desonesta da Rede Globo contra o PSOL e o nosso Deputado Estadual Marcelo Freixo. Hoje, o editorial de O Globo começa a se desculpar diante do verdadeiro absurdo que fizeram com o nosso Deputado Estadual, militante aguerrido dos direitos humanos que, desde o início da luta contra as milícias, fez uma CPI que cassou e prendeu dezenas de milicianos no Estado do Rio de

Janeiro, e que sofreu, mais uma vez na história do Brasil, uma campanha difamatória da mídia, sobretudo da Rede Globo, como fizeram em vários momentos da história contra líderes do povo, contra líderes de esquerda. O Ver. Kopittke lembrou da história do PCdoB, lembrou da história do Hitler na Alemanha, da provocação da direita na Alemanha para justificar o fechamento do regime, quando tocaram fogo no Parlamento. Eu lembraria da campanha contra o Brizola; da campanha contra o Lula, na década de 80, quando fizeram verdadeiros absurdos, no sequestro do Abílio Diniz; na questão do som, na questão da vida pessoal, que o Collor fez. A Rede Globo fez horrores para garantir que não houvesse nenhuma possibilidade de esses líderes de esquerda, naquele momento, crescerem no imaginário popular. Infelizmente, nós vemos, mais uma vez, essa tentativa, primeiro, ao tentar atacar o Deputado Marcelo Freixo. Segundo, ao tentar atacar o PSOL. E eu tenho muita tranquilidade de subir nesta tribuna como uma militante, uma ativista de longa data, que sempre participou e apoiou as manifestações sociais e populares, e que desde o ano passado se manifestou publicamente contra as ações e táticas de grupos, como o Black Bloc ou afins, pela sua incoerência, pelo afastamento do movimento de massas dos protestos, a partir do uso dessas táticas, e, sobretudo, pela questão da criminalização dos movimentos gerados a partir de ações incoerentes.

Agora, é inaceitável, e nós lançamos uma nota hoje que quero imputar aos movimentos sociais, e com isso, com essa morte trágica e absurda, reitero, e por isso nós vamos votar a favor da Moção de Solidariedade à família – temos duas moções, hoje, que tratam do tema, mas querem usar isso para criminalizar os movimentos, os partidos.

A Ver.^a Mônica falou, inclusive, do Bloco de Lutas em Porto Alegre, que fez as suas manifestações, que garantiu, junto com o movimento social, no ano passado, a nossa ação jurídica e política, a redução das tarifas em Porto Alegre. E nós queremos dizer, muito tranquilamente, que não aceitaremos a tentativa de criminalizar os movimentos sociais. E também queremos falar aos Vereadores que – porque eu ouvia atentamente vários Vereadores –, infelizmente, Ver. Mario Manfro, já houve outras vítimas. Houve um gari, em Ribeirão Preto, que morreu diante da exposição ao gás lacrimogêneo que foi jogado pela polícia; houve também um atropelamento na última manifestação, em função de todo o tumulto gerado, que também ocasionou outra morte. Então há uma série de pessoas que, lamentavelmente, perderam a vida, ou saíram muito feridas, como o jornalista que tomou uma bala de borracha no olho e ficou cego, com as quais nós

também nos solidarizamos. Mas eu nunca vi esses mesmos subirem à tribuna para falar desses casos. Nunca vi a Ver.^a Mônica reclamar da ausência de identificação da polícia, do uso de bala de verdade no Rio de Janeiro; do uso de bala de borracha para coibir, violentar e atacar jovens que lutavam pelos direitos; nunca vi criticar o verdadeiro acinte, que foi na história do Brasil, os anos da ditadura militar, em que se perseguiu, se matou e se fez desaparecimentos políticos. Ao contrário, usam desta situação trágica para tentar fechar o regime, para tentar deslegitimar os movimentos sociais e populares, e para tentar criar um factóide, ao invés de se perguntar: por que os jovens estão na rua? Por que defendem saúde e educação no padrão FIFA? Por que não aceitam o aumento da passagem e porque, infelizmente, não encontram, nos parlamentos e nos governos, os canais para as suas reivindicações; talvez, porque, infelizmente, boa parte dos palácios respondam a interesses privados e não a interesses populares, porque que não existem espaços democráticos. É fundamental que os jovens e a população sigam se mobilizando para construir uma sociedade mais democrática e construir uma sociedade que respeite os direitos humanos fundamentais.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Kevin Krieger está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 007/14.

O SR. KEVIN KRIEGER: Boa-tarde, Sr. Presidente Ver. Garcia, quero cumprimentar os Vereadores e as Vereadoras. Venho declarar, Ver.^a Mônica, meu apoio total à Moção de Solidariedade ao cinegrafista Santiago Andrade; uma morte terrível que nós tivemos. Mas eu não posso deixar de manifestar, mais uma vez, na semana passada, que o Ver. Alberto Kopittke, e nesta semana novamente, tenta colocar no Partido Progressista algo que ele não tem. Não posso deixar de me manifestar, Ver. Mario Manfro, em relação a isso. Mais uma vez, ele vem colocar que o Partido Progressista é contra os movimentos sociais, tentando confundir a população de Porto Alegre, a população do Rio Grande do Sul e a população do Brasil. Falei, Ver. Tarciso, em algumas das ações que nós fizemos, como Secretário de Direitos Humanos, e isso foi uma coisa que eu cobrei, porque eu não tinha visto os nossos representantes da Comissão de Direitos Humanos, no Ministério, em Brasília, fazerem uma Moção de Solidariedade, não ouvi nenhum noticiário em relação a

essa família que tanto sofreu. Então, nós já respondemos, na semana passada, ao Presidente Celso Bernardi, tanto a nossa Bancada de Vereadores como o Partido de Porto Alegre, sobre a manifestação infeliz do nosso Deputado Luis Carlos Heinze, quando se manifestou, e pediu desculpa, inclusive na TVCOM, pela sua manifestação. Mas eu vou lembrar alguns fatos que o Partido Progressista fez em Porto Alegre, que eu acredito que todos conheçam. Quando assumi a Secretaria de Direitos Humanos, em 2005, na transição do Governo do PT para o Governo do Prefeito Fogaça, infelizmente naquele momento existia um projeto de construção do espaço de sustentabilidade caingangue, na Lomba do Pinheiro. E a transição do PT, para nós, Ver. Tarciso Fecha Negra, não disse que existia esse projeto. Se não fossem, Ver. Eng^o Comassetto, os servidores públicos da Secretaria a nos avisarem que esse projeto venceria – e nós não fizéssemos uma viagem para a Espanha para reverter e ampliar o prazo –, nós não teríamos construído esse espaço de sustentabilidade caingangue para os índios caingangues. O Partido Progressista foi e fez 24 habitações populares para os índios caingangues, centro fitoterápico, centro de saúde, escola bilíngue, telecentro; organizou a parada *gay* durante quatro anos, organizou a Semana da Consciência Negra durante quatro anos. Isso é, sem dúvida nenhuma, garantir os direitos humanos da população. Sem dúvida nenhuma, isso é garantir, promover e defender os direitos da população de Porto Alegre. Esse é o Partido Progressista, Vereador e ex-Prefeito Guilherme Socias Villela, que trabalha pelas pessoas. Não adianta tentar vir aqui à tribuna colocar e generalizar a todos do Partido Progressista. Não vão conseguir, porque as pessoas, os cidadãos conhecem o Partido Progressista. Eu estou vendo que há um objetivo nessas manifestações. Não tem dúvida, está ficando muito claro que há um objetivo nessas manifestações de colocar o Partido Progressista como um partido preconceituoso. Não vão conseguir, porque tem muita gente boa, tem muita gente que lutou, que assinou a Constituição Federal em 1988. E teve um partido que não assinou, que não colocou na ponta da caneta a sua assinatura, defendendo a Constituição Federal! Eu acho que tem coisas que precisam ser ditas; por isso, Ver.^a Mônica Leal, o meu apoio ao seu projeto, à sua manifestação. Nós somos a favor dos movimentos sociais, dos movimentos que lutam por benfeitorias, por melhores serviços, e nós estaremos sempre ao lado, mas de cara limpa, sem máscaras, porque essas pessoas que vão mascaradas, sem dúvida nenhuma, não querem o bem para a sociedade, não querem o bem do patrimônio público.

Queremos, sim, e achamos que os policiais militares têm que estar, sim, com o seu nome na farda, como queremos também que os movimentos sociais estejam de cara limpa. Todos têm que estar devidamente limpos na sua cara, com o seu fardamento e com o seu nome, para que e, qualquer abuso que seja feito, Ver.^a Fernanda, possam, sim, ser denunciados. Sou completamente a favor! E vou discordar em mais uma coisa que o Ver. Alberto Kopittke falou, que a Segurança pública vai bem. Desculpem-me, mas a Segurança pública só piora no Estado do Rio Grande do Sul. Todos os dados estão piorando! A imprensa está noticiando isso sem parar! Dizer que a Brigada está muito bem... E eu tenho o maior respeito pela Polícia Militar e pela Brigada Militar, o maior respeito! Mas eu conheço muitos brigadianos que estão inconformados quando veem delinquentes mascarados destruindo o patrimônio, e eles têm ordens superiores para não fazerem nada! Pessoas que pagam impostos, pessoas que empregam muita gente têm as suas lojas saqueadas, têm as suas lojas destruídas a 15 metros de um policial militar, e este tem a ordem superior de não agir! Ele tem a ordem superior de não agir! Aquilo faz mal para o policial militar! Quem conhece, sabe! E não é para fazer agressão contra os movimentos sociais. Sou completamente a favor dos movimentos sociais porque trabalhei durante muitos anos à frente da Fundação de Assistência Social. Fui Secretário de Direitos Humanos e sempre tive o maior respeito pelos direitos humanos. Trabalhei com o Conselho Municipal de Direitos Humanos e vou sempre ter respeito por isso. Vereador Villela – nosso ex-Prefeito –, Ver.^a Mônica e todos os Vereadores que estão aqui me assistindo, o Partido Progressista é um Partido que tem muito respeito por todos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, apenas para uma correção para as notas taquigráficas. Quando eu me referi a factóide, eu me referi ao factóide da Ver.^a Mônica utilizando máscaras na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Feito o registro, Vereadora. A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 007/14.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, Ver. Manfro, que também tem um Requerimento; Ver.^a Mônica, autora do Requerimento que estamos encaminhando, a nossa Bancada do PCdoB vai, sem dúvida, se somar a essas votações. Seria incoerência de nossa parte, que lutamos historicamente junto com outros homens e mulheres deste País para garantir a democracia, para garantir as manifestações do nosso povo, não vir a esta tribuna encaminhar moções que repudiam toda e qualquer morte oriunda de ações que, além de destruir uma vida em seu pleno momento de trabalho – esta é uma das vidas, porque há outros mortos em episódios semelhantes –, no caso, a de Santiago Andrade, destroem famílias e são patrocinadas pelos que querem fazer retroceder o Estado de Direito.

Aqui nesta tribuna os fatos reais têm que estar na linha de frente, inclusive para pautar o que votamos – e a imprensa toda noticiou – o pagamento de determinadas pessoas. Geralmente vão buscar meninos pobres, negros, nas vilas, porque é disso que se trata, porque querem fazer retroceder um Estado Democrático de Direito, que, no nosso entender, temos muito ainda a conquistar para a democracia com que nós sonhamos, nós, do Partido Comunista do Brasil – estou falando em nome da nossa Bancada. Nós lutamos e estamos a contribuir para que o Brasil atinja a sua verdadeira vocação, de um país desenvolvido, com paz, com democracia, com respeito à luta do seu povo.

Foi nas ruas, na organização dos movimentos sociais, nos partidos, inclusive colocados na clandestinidade, que nós construímos a liberdade que, no nosso entendimento, ainda temos muito que avançar.

Nos movimentos de junho e julho, os recados estavam nas ruas; nós estávamos nas ruas, os que querem que o Brasil avance, e é nas ruas que continuaremos a construir para impedir, de um lado, a tentativa de criminalizar os movimentos sociais, e, de outro, a tentativa de fazer a nação brasileira retroceder no seu caminho. O PCdoB, ao longo da sua história – vamos fazer 92 anos no dia 25 de março –, sempre esteve na linha de frente: nas ruas, nos calabouços, nas prisões, nas tribunas! Inclusive, ainda na fachada de ditadura, via MDB e PMDB – foi por ali que consegui chegar aqui, porque o nosso Partido estava na clandestinidade –, para lutar pela democracia neste País, com a nossa cara, com a nossa coragem, sem máscaras – sem máscaras! – em qualquer espaço de luta pela democracia: nas ruas, nas prisões, nos calabouços e nas tribunas. Foi assim que nós conquistamos a legalidade do nosso Partido, não foi benesse de ninguém, não foi

benesse de regime de exceção. Muitos dos nossos foram vítimas, mortos pelos regimes de exceção.

Aliás, a nós, do PCdoB, ao João Derly e a mim, aos nossos militantes, à nossa juventude, às nossas mulheres, aos nossos negros, aos nossos índios causou impacto que, no mesmo momento da morte do jornalista, dois Deputados federais do Rio Grande do Sul achincalharam todo o povo brasileiro, Ver. Tarciso, e V. Exa. foi o primeiro a vir a esta tribuna falar sobre isso. Achincalharam todo o povo brasileiro chamando os índios, os negros, os homossexuais, as lésbicas de “essa gente”. E incitando inclusive a violência, Ver. Alberto Kopittke! Incitando a violência na garantia da manutenção da concentração de terras neste País, que é um entrave para a realização da Reforma Agrária e para o desenvolvimento da Nação brasileira.

Nós queremos lamentar a morte desse jornalista, mas isso não pode impedir a liberdade de manifestação e a justeza da reivindicação do povo através de mecanismos de repressão na tentativa de criminalizar os movimentos sociais e com a justificativa de perseguir militantes políticos. Brecht, na sua poesia, disse muito bem: hoje é um, amanhã é outro. O PCdoB jamais, Ver. Delegado Cleiton, vai se retirar da trincheira de luta no sentido de que outros possam vir a ela para impedir, com as suas atitudes antidemocráticas, sejam de onde forem, que nós possamos avançar para a conquista de mais e mais democracia, de mais e mais Brasil.

Quero finalizar, Srs. Vereadores, dizendo que há coisas que me impactam muito, e olhem que eu sou sobrevivente da ditadura militar. E uma delas é exatamente a gente ter a capacidade de não perder o rumo em determinados momentos e a gente ter a capacidade de olhar as mortes daqueles que estão nas ruas, ou a trabalho ou na luta, de uma forma menor, muitas vezes com algo que eu abomino, em homenagem ao meu Partido: hipocrisia, com hipocrisia. Saio desta tribuna naturalmente, no dia de hoje, com muito mais rugas do que nos meus 18 anos, na luta pela legalidade, mas saio dessa tribuna com as mesmas convicções, com a mesma ideologia e com a mesma defesa para que um dia esta Nação seja, efetivamente, democrática, e que nós não tenhamos que lamentar a morte de homens e mulheres que estão na rua fazendo o seu trabalho por aqueles que são pagos para destruir a democracia que tanto custou a tantos de nós. Obrigada pela atenção. Se a emoção está aqui presente, eu lido com ela em todos os

momentos, com a emoção e com a razão, mas sem perder a convicção de que máscara, para o PCdoB, não faz parte da nossa luta e da nossa ideologia.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Em votação o Requerimento nº 007/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Declaração de Voto, Sr. Presidente (Lê.): “Votamos [a Bancada do Partido dos Trabalhadores] favoravelmente à Moção de Solidariedade à família do jornalista Santiago, mas repudiamos qualquer fala que sustente suposta solidariedade em discurso que incite a violência contra movimentos sociais, estado de exceção e regimes autoritários.”

O SR. ALBERTO KOPITKE: Registro o apoio, também, da Ver.^a Fernanda Melchionna.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Em votação o Requerimento nº 008/14. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 008/14.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa-tarde a todos e a todas, esta é a minha primeira manifestação este ano, tenho tentado utilizar o mínimo possível a tribuna porque espero somente utilizá-la quando puder contribuir com um mínimo que seja. As duas Moções aqui, seja a de solidariedade, da Ver.^a Mônica Leal, seja a de repúdio à morte do cinegrafista Santiago, do Ver. Mario Manfro, em princípio, se confundem. Foram levantados da tribuna argumentos difíceis, Ver.^a Mônica, complexos e difíceis de ser enfrentados. São duas Moções que, certamente, ninguém será contra: uma Moção de Solidariedade à família, ninguém será contra, Ver. Manfro, acredito eu; e uma Moção de Repúdio à morte, pois quem não repudia a morte talvez tenha que rever seus conceitos. Mas o que acontece aqui, e é o debate que se travou até agora, é essa discussão de fundo que já está resolvida, seja do ponto de vista legal, seja do ponto de vista constitucional. As forças da ordem, as forças policiais, as forças militares podem

pág. 38

identificar as pessoas, e devem. A Constituição já prevê que é livre a manifestação vedado o anonimato. Portanto, se você está numa manifestação, ainda mais num contexto em que se cometem atos de depredações ou de violência entre pessoas, podem essas pessoas ser detidas para identificação. Está resolvido isso; isso é legal! É claro que, muitas vezes, no detalhe e na execução, se cometem arbitrariedades e crimes, e aí o abuso de autoridade e o crime estão presentes.

Não há muito, de fato e de conteúdo, a discutir nesse sentido. Já houve esse debate no Brasil desde a Constituição de 1988. A colocação que se faz aqui simplesmente é mais no sentido de que isso não incite uma linha proibicionista, inclusive inadequada constitucionalmente. Se nós começarmos a pensar em exemplos, e existem muitos, você entra numa linha que se você estiver numa manifestação e seu filho estiver de máscara, ele será obrigado a retirar a máscara! Se uma pessoa faz uma pintura no rosto, que parece uma máscara, e esconde a sua identidade, será obrigada, pela força policial, naquele momento, a lavar o rosto em plena via pública. Um ato de extremo constrangimento. Percebam que entramos num lamaçal complexo e ideológico que nos parece muito perigoso.

Portanto, a Bancada encaminhará pela aprovação das duas Moções, já fizemos essa ressalva na nossa Declaração de Voto, mas o que não se quer é polarizar de forma a que não contribua para o debate político, porque temos já uma resolução, inclusive constitucional – não estamos falando em nível legal, estamos falando em nível constitucional. Eu acredito que está bem resolvido, as forças policiais devem fazer essa separação do joio e do trigo – muitas delas já estão. É lógico que muitas pessoas estão se aproveitando, mascaradas ou não, como falou o Ver. Mario Manfro, do anonimato da coletividade para cometer os seus atos ilegais, mas cabe ao Estado e cabe à colaboração da sociedade civil diferenciar quem está ali para livre manifestação democrática, daqueles que querem prejudicar terceiros, sociedade civil, comerciantes. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 008/14.

A SRA. MÔNICA LEAL: Pois bem, Presidente, cá estou eu, de novo, um pouco surpresa com as manifestações que escutei. Quero encaminhar a Moção de Repúdio do Ver. Manfro; eu apoio.

Por que surpresa? Porque eu acho interessante, não sou eu quem estou dizendo... Aliás, não me lembro de ocupar esta tribuna e dizer que o partido este ou aquele incitou, investiu, apoiou ou serviu, ajudou, ou seja, os manifestantes mascarados. Em que pese eu pense isso, eu não verbalizei.

Mas eu vou ler para os senhores uma notícia que eu li. (Lê.): “Na reportagem do *link* a seguir, a GloboNews mostra a fotografia de cada terrorista, o local onde trabalha dentro do Palácio do Planalto, e as ações subversivas que promoveram em Brasília. A reportagem é completa. Ela mostra que não é apenas PSOL e PSTU quem paga pelo terrorismo, mas também o próprio governo federal do PT”. Está aqui, notícia da GloboNews.

Eu venho apoiar a Moção de Repúdio do Ver. Manfro e venho falar da minha, mas não sou eu quem estou dizendo, isso está em todas as manchetes. Agora, os senhores puxarem, o Ver. Kopittke puxar a ditadura – aliás, o senhor deve ter um problema psicanalítico muito sério, porque o senhor me enxerga e fala em ditadura. Eu sou uma pessoa a favor de todo e qualquer movimento, desde que respeitoso, que respeite a lei. Sou filha, com muito orgulho, de um coronel, assim como o Coronel Ricardo Guimarães, que respeita a lei, que é cumpridor de lei, cidadão de bem. Eu não estou entendendo, o senhor chegou agora na Câmara, talvez o senhor não conheça a história desta Câmara, em que a gente diverge em opiniões, mas se respeita e não fica puxando coisas que não têm nada a ver. Fica até feio para o senhor ocupar a tribuna, me olhar e falar na ditadura. Mas, voltando ao assunto, as revistas todas, Ver. Mario Manfro, falam sobre o terrorismo, a violência, os partidos envolvidos. Eu nunca usei esta tribuna, por exemplo, para falar do livro do Tuma. Não sou eu que digo. Mais uma vez vou puxar e vou dizer. (Mostra publicação.): “PT: encomendas para fulminar adversário inimigo.” Eu poderia fazer isso, mas não faço, a minha postura não é essa. Existem inúmeras matérias que comprovam, que dizem que os movimentos políticos estão nesses atos de terrorismo. Agora, Vereador, eu não falei aqui na tribuna, e nem falo em entrevista nenhuma, porque generalizar é burrice. Eu não entendo por que é que o senhor faz isso! O senhor deve ter um sério problema; eu lhe recomendo, inclusive, um bom psicanalista para tratar dessa

pág. 40

questão da ditadura, porque o senhor me enxerga e fala disso. O senhor deve ter algum problema muito sério. Eu estou mais uma vez nesta tribuna para encaminhar esta Moção de Repúdio porque sou contra qualquer ato de terrorismo que machuque, que coloque em risco a vida de pessoas. A ninguém é dado esse direito! E eu, até hoje, em todas as manifestações, só vi mascarados praticar o mal; eu não vi um mascarado entregar uma flor, puxar uma cadeira. Ora, senhores, não subestimem a minha inteligência, porque aí eu perco a paciência, realmente.

Agora, também não subi a esta tribuna para cobrar do PT, ou de quem quer que seja, crimes políticos que até hoje não foram resolvidos, como o caso do Prefeito de Santo André, Celso Daniel; Toninho, de Campinas. Se nós formos puxar, tem um rosário que vale a pena mostrar. Não venha puxar o caso do Deputado, que foi infeliz, sim – o Kevin já disse, eu já disse, o mundo inteiro ficou contra, inclusive nós, que somos completamente contra preconceitos, e nas nossas atitudes diárias, nós demonstramos isso.

Então, querido Presidente, eu venho à tribuna para finalizar esse debate e dizer que, se os senhores ficaram tão ofendidos, só pode ter servido a carapuça, porque eu disse que sou contra qualquer tipo de terrorismo, e quem está fazendo terrorismo no Brasil é mascarado! É mascarado, sim! Não sou eu que estou dizendo! É a mídia. Está aqui: “O advogado disse que o rapaz que acendeu o rojão recebeu R\$ 150,00 de partidos políticos, e buscaram por uma van um pobre coitado.”

Quer dizer, eu estou incitando atos violentos ou repressão? Não! Eu quero é a ordem. Por isso essas duas Moções: a Moção de Solidariedade à Família, que os terroristas destruíram, e a Moção de Repúdio a esse tipo de atitude. Não confundam, porque quem me conhece sabe que a minha trajetória é limpa e cumpridora da lei sempre! Obrigada.

(Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Eu vou solicitar aos Vereadores que atentem para a questão de cuidar da pessoalização, qualquer tema é livre, mas quando começam a pessoalizar em questão de Vereador A ou B, esta Mesa tem que tomar determinadas atitudes.

O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 008/14, pela oposição.

O SR. ALBERTO KOPITCKE: Caros colegas, antes de mais nada, eu quero dizer que tenho pleno acordo com a sua manifestação, com a sua proposta, a forma como o senhor encaminhou, mediada, serena, efetivamente para que esse episódio não se desdobre em mais violência, o que nós não vemos aqui em todas as vozes. Efetivamente a máscara já foi usada, Ver.^a Jussara, ao longo da história, para muitas outras coisas. Hoje usam máscaras escuras; já houve máscaras brancas, da Ku Klux Klan, no passado, contra os negros. Já houve todos os tipos de máscaras. E alguns não vestem máscaras, como aqui foi dito, para expressar seu autoritarismo, sua incompreensão das instituições. E se nós estamos aqui discutindo se temos acordo ou não de que o Estado democrático tem que se fortalecer e que ele detém os mecanismos necessários para conter qualquer tipo de violência ou excesso, nós temos acordo. Se nós concordamos que a ditadura que houve no Brasil foi um crime contra a humanidade, que os seus generais cometeram crime contra a humanidade – como já condenado pela corte interamericana – e que isso não pode se repetir na história do Brasil, nós temos acordo. Se nós achamos que os 2.800 homicídios e assassinatos, feitos pela ditadura, foram crime lesa-humanidade, nós temos acordo; nós não precisamos estar aqui discutindo!

O problema é que têm pessoas, grupos sociais que estão fazendo... Quero usar aqui uma pessoa que não é do meu Partido, o Freixo, Deputado pelo PSOL, que será nosso adversário no Rio de Janeiro. Temos candidato lá e vamos fazer uma boa disputa de projeto. Mas o que tentaram fazer com o Deputado Freixo, imputando-o como culpado pela atrocidade do homicídio, é algo inadmissível e quer dizer muito, sim, sobre a posição e o compromisso com a democracia! Sabe por que condenam o Freixo e tentaram acabar com a sua imagem, esses segmentos sociais, liderados pelo Bolsonaro e pelo Clube Militar do Rio de Janeiro? Porque ele defende gays, porque ele defende negros, porque ele defende pobres, porque ele defende trabalhadores, porque ele defende manifestação social, porque ele defende greve! É por isso que tentaram acabar com a imagem do Freixo, não é por nenhum problema dele; é pelas suas virtudes! É por isso que colocaram lá o advogado das milícias do Rio de Janeiro, porque essas pessoas não têm limite na confusão entre a falta de ética e o autoritarismo.

Então, este é um debate importante, parece que pensamos a mesma coisa, temos solidariedade, repudiamos, mas nem todos pensam assim. O grande problema é que existem forças políticas neste País, que são muito bem representadas nesta Casa, que servem, carregam a herança de um regime autoritário e jamais vieram aqui nesta tribuna dizer que condenavam a ditadura e os seus crimes. E carregam, até hoje – em qualquer oportunidade, seja o MST, seja a greve da CUT, sejam essas confusões que ocorreram –, aproveitam essa oportunidade para defender que o País entre no estado de exceção. Leiam a Lei Antiterrorismo, que foi proposta e muito bem defendida pelo Sr. Bolsonaro, pelo Deputado Heinze e pelo PT, a Lei Antiterrorismo defende 24 anos de prisão para quem incite qualquer tipo de baderna! Baderna, eu não falei homicídio; baderna, e aí nós vamos na espiral da insensatez! É isso que nós não podemos aceitar! Nós sempre, aqui – Ver. Brasinha, agradeço-lhe as palavras – não podemos retroceder na defesa da democracia. Esse episódio que atentou contra a liberdade de imprensa no País – ninguém sofreu mais com isso do que a esquerda brasileira – não pode servir para que tenhamos leis que tutelem a liberdade. Nós precisamos de leis que garantam a liberdade das pessoas e punam aqueles que cometerem excessos. Esse é o Estado Democrático de Direito que todos nós temos que defender.

Este não é um debate pessoal, Sra. Mônica Leal; este é um debate de ideais. E é muito bom que assim o façamos, porque a sociedade pode conhecer melhor as diferenças que existem entre nós. Eu venho de uma tradição de defesa da democracia! Não uma tradição da ditadura, do autoritarismo e do preconceito como a senhora! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 008/14.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu imaginei que eu já tivesse ouvido todas as barbaridades nesta tribuna, mas a Ver.^a Mônica Leal conseguiu se superar de maneira irresponsável, caluniosa, difamatória; um verdadeiro acinte! E eu espero a retratação da Ver.^a Mônica Leal no microfone de apartes ou em qualquer instância ou esfera desta Casa. Acusar o PSOL de financiar – entre aspas – o terrorismo é uma calúnia, um acinte, uma vergonha para aqueles que querem

construir um estado de exceção, aqueles que querem fechar as liberdades democráticas e querem imputar àqueles que participaram das manifestações de junho, é verdade, que desde fevereiro do ano passado estão defendendo as mobilizações sociais e populares, a crimes como aliciamento, financiamento. Nada mais patético, nada mais patético vindo daqueles que querem deslegitimar os partidos e as organizações que apostam na mobilização, na mobilização do povo, organizada, legítima e democrática, mas que apostam na mobilização do povo como método. E não seria nada mais falso do que acusar justamente aqueles que, desde o início das mobilizações, se afastaram, discordaram e publicamente disseram que esses métodos atrapalhavam os movimentos sociais, sejam as depredações, sejam violências, porque, evidentemente, ajudavam as forças da ordem a tratar de criminalizar os protestos. Nada mais falso vindo daqueles como nós, de quem conhece a nossa trajetória, que sequer temos recursos para fazer a campanha eleitoral. E eu tenho muita tranquilidade de não ter recurso para fazer a campanha eleitoral, porque eu sei que o PSOL é um partido pobre, mas honesto, e é por isso que eu sei que o PSOL tem toda independência política para cobrar as barbaridades que acontecem no Parlamento brasileiro, para poder dizer que é um verdadeiro escândalo que queiram usar dinheiro público para financiar as estruturas temporárias da Copa. São R\$ 34 milhões para financiar a FIFA, enquanto o HPS está caindo aos cacos, enquanto não tem condições dignas de creches para todas as famílias da nossa Porto Alegre, enquanto faltam políticas públicas para a nossa juventude, como o passe livre e o meio passe aos domingos e feriados. Nada mais falso do que imputar a nós, aqueles que sempre defenderam que as máscaras da ditadura caíssem, métodos que são estranhos a nós, métodos que só ajudam a provocação.

Aliás, Ver.^a Mônica, na reportagem que saiu, inacreditavelmente, na Zero Hora de domingo, sem nos ouvir e nem nos consultar – e nós entregamos a nossa nota à Zero Hora –, está claro que os únicos infiltrados reconhecidos eram os da própria polícia. E eu não descarto, não, que pessoas que não queriam protestos nas ruas tenham pago a outras para fazerem provocações, para afastarem o povo das mobilizações. Nós queremos essas investigações, porque para quem serve desmerecer as mobilizações sociais populares? Serve para pessoas como a senhora, que, desde o início das mobilizações, tentava criminalizar os protestos, que subia a esta tribuna para dizer que eram baderneiros que lutavam contra o aumento da passagem em Porto Alegre. Mas,

pág. 44

quando dois milhões foram às ruas, tiveram que silenciar. E, agora, eles têm medo dos protestos que podem acontecer em 2014, porque este ano começou diferente, com lutas de categoria – os rodoviários acabam de ter uma grande vitória no Judiciário, fruto da sua mobilização –, porque os funcionários federais estão se organizando com a sua pauta de reivindicações, porque os movimentos sociais estão se organizando contra o aumento da passagem em Porto Alegre, porque o Prefeito Fortunati segue defendendo os empresários do transporte coletivo e arrochando a população com altas tarifas, quer tirar ar-condicionado, quer mexer em isenções, e eles sabem que terá luta porque o povo não aceita, não aceita os milhões que os governos de vocês querem destinar para a Copa! São bilhões e bilhões de reais, aqui em Porto Alegre são R\$ 35 milhões, e vai ter luta, porque o povo não aceita essa lógica de faltar tudo e, ao mesmo tempo, vê rios de dinheiro ser jogado para defender, para beneficiar meia dúzia de privilegiados de grandes empresários, enquanto faltam leitos nos hospitais, enquanto faltam vagas nas escolas, enquanto falta professor na rede estadual. Agora o terrorismo, de que a senhora não fala, é o terrorismo de Estado, que a senhora sempre defendeu. Nunca vi um pronunciamento exigindo a punição dos torturadores de quem sumiu com 2.800 brasileiros presos, torturados, assassinados nas prisões, durante a Ditadura Militar! Nunca vi pronunciamento repudiando a bala de borracha que um Jornalista levou no olho lá em São Paulo, no início dos protestos, cegando-o de um olho! Nunca vi pronunciamento da senhora perguntando dos Amarildos que são assassinados sistematicamente, no Brasil, nem ouvi crítica a um acinte, a uma vergonha nacional, que é um Deputado como Jair Bolsonaro, do seu partido, defensor da ditadura, homofóbico, racista. Ou mesmo as críticas que eu acho bem que tenham feito uma nota contra as declarações do Deputado Luis Carlos Heinze, que dizia lá no seu vídeo que, se a Senadora Ana Amélia ganhar, seria assim, eles protegeriam os agricultores, entre aspas, dos índios e dos quilombolas, e depois ele fala tudo o que não presta, de maneira homofóbica, organizando milícias armadas para combater os movimentos sociais populares que defendem legitimamente o direito à terra que lhes foi roubado. Então, eu quero lamentar essa fala irresponsável, inconsequente e caluniosa da Ver.^a Mônica Leal.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 008/14.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu escutei atentamente os pronunciamentos dos meus colegas e das senhoras colegas aqui e fiquei olhando para uma grande manchete que está aqui (Mostra jornal.): “Manifestações na Capital, radicais aliciaram criminosos”. Depois li outra manchete, também de página inteira, que diz “Ladrões matam dois comerciantes”, o Gobatto, em Bento Gonçalves, e o Albino, aqui na Av. Baltazar. Eu acho que tem um grande culpado nisso tudo. Não é PSOL, não é PCdoB, não é PMDB, não é PP, nós estamos aqui falando de culpados, e o maior culpado é aquele que permitiu tudo isso aqui no Rio Grande: o Governador Tarso Genro. Este é o culpado! Não tem que culpar ninguém mais, nenhum partido! O Governador Tarso Genro mandou a Brigada esconder-se, fazer pirotecnia. Eu assisti: fazendo uma quadra, vai para um lado, parecia a apresentação do Cirque du Soleil. O Governador fez a Brigada se portar como se estivesse fazendo um circo! E a Brigada não merece isso. Esse é o culpado de tudo isso, dos caras pintadas. Caras pintadas não são os da nossa época, que eram caras pintadas estudantes de todos os estados, de todas as classes sociais que pintavam o seu rosto com as cores do Brasil – verde e amarelo –, para reclamar e queriam eleições diretas. Mas, mesmo naquelas manifestações, havia organização – organização. Agora não, agora quebraram toda a Cidade, quebraram as lojas todas do Centro, roubaram, bateram em gente que não merecia, e o Governador mandou a Brigada ficar quieta. Este é o culpado no Rio Grande do Sul: o Governador Tarso Genro, que deixou fazer essa barbaridade.

Ver. Mario Manfro, não tinha como não apoiar sua Moção, foi um trabalhador atingido com um rojão, mas eu sei que V. Exa., com esta Moção, quer dizer que nós estamos sem segurança mesmo no trabalho. Ao Santiago, que foi morto covardemente, aos comerciantes que são mortos todos os dias, covardemente, porque não tem segurança neste Estado do Rio Grande do Sul, nem saúde. Na revista Exame, tem uma fotografia bem grande do Governador, em cima de uma caixa de tomate – ele quis imitar o Fogaça nas boas épocas em que pedia democracia –, numa farsa de derrubar a cancela do pedágio, fazendo um discurso; em baixo tem uma legenda dizendo: “Na contramão, o Governador do Rio Grande estatiza as estradas”. Ele estatizou e esburacou as estradas!

O Governador Tarso Genro deixou o Rio Grande pequeno! Deu seca no Rio Grande do Sul! O Governador Tarso Genro deixou este Estado maravilhoso ficar pequeno! E ninguém o ouve. Ele foi lá no “alinhamento das estrelas” em Brasília e o Ministro Mantega nem olhou para ele, não disse “bom-dia, Governador Tarso, somos companheiros!” Não! O Ministro Guido Mantega virou as costas, não quis ouvi-lo! Eu acho que essa reivindicação do Governador Tarso Genro é justa de renegociar a dívida. Uma pena que ele não tenha prestígio em Brasília, e a renegociação não vai acontecer porque falta tamanho para o Governador, que é muito vingativo com seus inimigos políticos, muito vingativo! Eu não sei por que ele judia tanto do Rio Grande! O Rio Grande não é inimigo dele! O Rio Grande do Sul é o Estado que ele governa, mas ele trata o Estado como inimigo, porque judia do Rio Grande! O Rio Grande precisa trabalhar, só não consegue trabalhar, porque o Governador não dá segurança! Eu tinha esperança que o Ver. Alberto pudesse ter sido Secretário de Segurança, pelo menos, que a gente pudesse ligar para ele e ele nos ouvisse que estamos precisando de segurança! Eu não sei se o Secretário ouve, ou se o Governador não o deixa também ouvir a reclamação do Rio Grande, porque aqui, infelizmente, nada funciona.

Essa empresa que fizeram para cuidar das rodovias, para afundar o DAER – eles não querem os conhecimentos do DAER, vejam só a incompetência –, Ver. Delegado Cleiton, não conseguiu fazer a licitação para os pardais nas estradas! Não conseguiu. Quatro anos! Mandaram prender um cara do DAER, coitado! Mas tinham que deixar preso, se tivesse culpa, tem que prender mesmo. Mas fizeram a estrada, esburacaram o Rio Grande. Que pena! Temos um culpado, Ver.^a Mônica: o Governador Tarso Genro.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 008/14.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras. Eu, Ver. Mario Manfro, quero ser solidário com V. Exa., porque eu voto com o senhor, e minha Bancada também. Eu tenho certeza absoluta que todos os Vereadores votarão favoravelmente. Mas venho aqui para confirmar o meu voto, e também rebater algumas coisas.

O nosso Governador não é isso aí que tanto falam, Cecchim. O Governador Tarso Genro tem feito, sim, pelo Rio Grande. Tem feito, porque eu sou um que critico, eu critico e também sou muito justo, quando acontecem as coisas boas. O Governador tem feito pelo Rio Grande, sim. Ora, querido Kevin, chegou a fábrica dos elevadores, já é um grande negócio para o Rio Grande. Há anos que não vinha nada para cá! Agora nós vamos só falar do Governador e dizer que o Governador não faz nada? O que é isso, Vereador? Cá para nós, eu sou um reconhecedor das coisas boas que acontecem na Cidade. Eu contei os dias que o PT esteve no governo de nossa Cidade, e sempre critiquei, e também reconheço as coisas boas que ele tem feito. Então, eu quero dizer para o senhor, Governador – e não é por que começou a campanha, Ver. Thiago; já começou –, mas eu defendo quando o cidadão faz um trabalho bom. Ainda mais a Brigada, que vem fazendo um serviço espetacular; como também a Polícia Civil, que vem fazendo um serviço espetacular, com gente competente, como o Chefe de Polícia e o nosso Delegado, que fazem um trabalho espetacular. E a Brigada Militar, apesar das poucas ferramentas que tem, tem feito muito. O Tenente-Coronel do 11º, Ver. Manfro, que é o nosso vizinho, está dando uma aula de estratégica com as viaturas; a gente acha que são muitas, mas são poucas em pontos estratégicos. Parabéns ao nosso Tenente-Coronel pelo trabalho que tem feito.

E aqui eu não tenho vergonha de defender o Governador – não tenho! Sabe por quê? O Governador tem feito, sim! Baixou o pedágio aqui na RS-40, Ver. Kevin, para R\$ 1,80. Apresentem-me alguém que baixou como o Tarso baixou? Não sou o Vice do Tarso, não tenho uma procuração para defendê-lo, mas as coisas que ele vem fazendo não são cem por cento, mas tem feito muito pelo Rio Grande. Qual é o Governador que saiu na madrugada de sua casa para atender a uma reivindicação dos taxistas? Qual Governador fez isso? Quem? Então, o Governador Tarso está de parabéns. Obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 008/14.

O SR. DR. THIAGO: Obrigado, Presidente; obrigado, colegas Vereadores, há um clima misto de alegrias de uns e de surpresas de outros pelo pronunciamento anterior do

Vereador. Mas eu queria parabenizá-lo, Ver. Mario Manfro, e queria dizer que no ano passado, quando fomos solicitados a comparecer na Polícia Civil para darmos um depoimento sobre alguns fatos que ocorreram, pronunciamos-nos profetizando que coisas como essa iriam acontecer. Se não fossem bem apurados todos os episódios ocorridos aqui e ocorridos fora daqui, coisas como essas iriam acontecer, e tomara que isso venha a ser efetivamente apurado, Ver. Delegado Cleiton. Já sabemos que o inquérito, que estava com o Dr. Marco, já não está com ele, já foi para outra delegacia, e agora já está na terceira delegacia! O processo já sobrevoa diversos locais, e da apuração dos fatos, nós não temos notícia, mas nós estamos vigilantes, sim, Ver. Mario Manfro. Não pensem que vão nos enganar; não pensem que vão jogar inquéritos – os mais de 40 inquéritos – de um lugar para o outro e que não vão ser apurados, assim como esses que ocorreram em outros Estados. Nós vamos ficar aqui, de longe, mas vigilantes a esse processo. E, Ver. Idenir Cecchim, cuidado! Aconselho-lhe a literatura. Eu já faço isso aconselhando a todos os nossos telespectadores o livro de Romeo Tuma Junior, Assassinato de Reputações. Aconselho a sua leitura. O senhor tome cuidado com as suas posições! Pessoas de posições acabam tendo que ter cuidado, Vereador. Tome cuidado! O livro mostra como se faz para iniciar inquéritos policiais falsos, a partir de informações falsas plantadas por jornalistas. Eu, depois, em alguns momentos aqui, vez por outra, nesta tribuna, vou ler trechos do livro, que, inclusive, é um livro, em princípio, na minha leitura, técnico, porque o Sr. Romeu Tuma Junior foi participante do Governo Federal e era inimigo número um do PSDB, Ver. Mario Manfro, do seu partido. Então, é um livro que, em princípio, anula os polos de desigualdade, mas que nós temos que observar e aprender com ele, como devemos aprender com diversas literaturas que temos. Então, eu quero parabenizá-lo pela iniciativa, dizer-lhe que vamos continuar vigilantes com os inquéritos policiais que estão no Estado do Rio Grande do Sul acerca desses temas. Quero lhe dizer que, hoje pela manhã, inclusive nessa mesma temática da segurança, Ver. Delegado Cleiton, estivemos participando de algumas reuniões junto ao Instituto Geral de Perícias. Estamos vendo dificuldades com aqueles profissionais lá, Ver.^a Mônica Leal, e que oportunamente vamos trazer à tona nessa tribuna. O tema não é especificamente esse, mas, como diria o Ver. Beto Moesch, dialoga com esses temas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Em votação o Requerimento nº 008/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 208/13. (Pausa.)

O SR. ALCEU BRASINHA (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Alceu Brasinha. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Quinze Vereadores presentes. Não há quórum. (17h31min) Encerrada a Ordem do Dia.

Apregoo as Emendas nº 05, nº 06, nº 07 e nº 08 ao PLL nº 208/13.

Apregoo Requerimento, de autoria da Ver.^a Any Ortiz, que solicita a dispensa do envio das Emendas nº 05 e nº 06 ao PLL nº 208/13 à apreciação das Comissões, para Parecer. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo Requerimento, de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, que solicita a dispensa do envio da Emenda nº 07 ao PLL nº 208/13 à apreciação das Comissões, para Parecer. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Eng^o Comassetto, que solicita a dispensa do envio da Emenda nº 08 ao PLL nº 208/13 à apreciação das Comissões, para Parecer. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Todas as Emendas estarão publicadas no Portal da Casa, e este projeto será votado na Ordem do Dia de quarta-feira.

O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ALBERTO KOPITTKKE: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, quero agradecer ao meu Líder, Ver. Comassetto, que me convidou a ocupar esta tribuna e aos meus companheiros da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

Agora que saímos da fase mais extremista do diálogo e passamos para o debate dentro dos parâmetros democráticos do MDB, partido que tanto lutou por esta democracia, Ver. Cecchim, voltamos aqui ao debate entre os partidos, Ver. Brasinha, que, na história, estiveram na luta pela democracia. É simples assim.

Então, neste debate, agora, com o Ver. Cecchim... O Ver. Idenir Cecchim hoje se superou, mas sem nenhum tipo de ofensa, estávamos até brincando, fora do plenário, pois nós estávamos votando, aqui, uma moção sobre a morte do cinegrafista, no Rio de Janeiro, mas a ânsia de acusar o Governador Tarso fez ele esquecer que o Governador do Rio é do PMDB; e ele atribui a morte do cinegrafista ao Governador Tarso. Acho que o Ver. Dr. Thiago foi por esse caminho também, mas não tem problema, faz parte do debate da política.

E é nesse debate da política que eu fiquei me lembrando, falávamos da segurança pública, insegurança, formas como os governos tratam as manifestações, e eu lembrei – eu era muito pequeno, me corrijam – do Governo Simon, daquela Praça da Matriz virada em campo de guerra contra professor; na época o MST nem existia, mas vocês já caçavam pequeno agricultor e sem-terra na Praça da Matriz; e o pau comia – ou eu estou enganado? – contra servidor público. Era a Brigada Militar, lá, ripa! Ripa! Para que política? Para que diálogo? Brigada Militar neles! Depois, nós chegamos ao período de um coronel muito forte, muito valente, que fala grosso e defende a ordem e a lei: Cel. Mendes, aliás, muito admirado pelo Cel. Riccardi, que aqui estava e que mandou buscar todos aqueles que assim pensam, no jornal de domingo. Pois, no ano do Cel. Mendes, foi – talvez desde a Guerra da Degola, em 1923 – o ano em que o Rio Grande do Sul teve o maior número de homicídios da sua história. Isso está na conta daquele discurso durão, firme, másculo, de ordem, de lei, mas, na verdade, foi o ano mais violento da história do

Rio Grande do Sul, o ano em que o Cel. Mendes comandou a Brigada Militar, como aparelho ideológico da Governadora Yeda Crusius. Ou eu estou enganado que o Cel. Trindade, comandante da Brigada Militar que sucedeu o Cel. Mendes, esteve no programa eleitoral da Governadora Yeda, fardado, no gabinete do Comandante-Geral da Brigada Militar, no programa eleitoral da Governadora Yeda, pedindo voto para ela. Isso não é uso político-ideológico da Brigada? Essa não era uma forma de utilizar a Brigada daquela velha forma repressiva que, de técnica, não tinha nada? Agora tem! Efetivamente, Ver. Dr. Thiago, o senhor foi muito bom profeta. Poderia ter acontecido aqui, talvez até no lugar em que o senhor está sentando, de um jovem ter sido morto se aquela situação difícil, a que nós somos contrários, porque aqui chegamos e chegaremos sempre pelo voto, na defesa da democracia. Mas se aquela situação tivesse sido guiada, como queriam outros aqui, na base da porrada... Não é assim que nós vamos tirar esses jovens do radicalismo, mas é pela democracia. É botando o nome em cada policial, o nome dele, porque ele não tem nada a esconder, ele é digno do seu trabalho, e o policial tem que estar identificado na rua, como nós sempre pedimos aqui. Eu nunca vi essas vozes que condenam as máscaras pedir que os policiais estejam na rua e identificados. É o mínimo que uma polícia moderna exige, de qualquer lugar do mundo; dos Estados Unidos, da Europa, onde tanto gostam de passar as férias. Lá a polícia não sai para a rua sem identificação. É assim que se faz polícia na democracia, não de forma ideologizada, não usando a Brigada como aparelho político. E aqui foi, do Brasil, um dos lugares em que menos dano teve esse movimento. Que bom que assim foi! Que bom que a Brigada soube tratar assim, e pode ser cada vez melhor. E a Polícia Civil também, de forma digna. Um momento difícilimo, quando não deve ser feita aqui disputa partidária, que, infelizmente, alguns optam por fazer. A Brigada e todos os brigadianos que lá estiveram cheirando o mesmo gás lacrimogêneo, esses brigadianos merecem aplausos e não o repúdio que os senhores estão fazendo aqui contra eles. A Brigada atuou de forma técnica, o Comandante Fábio, o Subcomandante Silanos, eles não se deixam mais dirigir por partidos políticos, como os senhores faziam antes. Talvez seja isso. Aliás, lembro bem o quanto fomos criticados por proteger o prédio da RBS, porque tínhamos informação de que seria destruído. Tecnicamente, abrindo mão de qualquer tipo de contrariedade política e ideológica que tenhamos com esse canal de comunicação, mas lá estava a Brigada Militar cumprindo a sua função, porque tinha essa informação, e lá se fez

presente. Fomos muito criticados por alguns que usavam máscaras e por outros que, infelizmente, sentem saudade do tempo em que a Brigada era apenas um braço do seu partido.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; Ver. Brasinha, não se assuste, mesmo que eles ameacem o senhor de sair daqui, não se assuste e continue com a posição que o senhor sempre teve! Não se dobre com as ameaças, Ver. Brasinha! Eu quero dizer ao Ver. Kopittke que eu não vou brigar com ele nem da tribuna, ele é um jovem Vereador competente, mas tem uma facilidade de distorcer as coisas! São tão ridículas as distorções que ninguém acredita. Essa do Governador Pedro Simon, por exemplo, da guerra dos professores, ele não lembra mais, contaram para ele; aquele pessoal dele que distorce a verdade contou para o Vereador como era. Mas eu estava lá! Eu estava lá e posso dizer que foram meses de professores na Praça da Matriz com a sineta! Meses, meses! E nenhum brigadiano foi lá para correr os professores. Agora, tem uma facilidade o Governador Tarso Genro para judiar dos professores! Não tem sininho, mas não tem o salário. Ele prometeu e não deu, prometeu e não deu! Aliás, quem prometeu para os professores lá no CPERS... e agora tem um comercial na televisão sobre isso. O Governador disse que era muito caro para ele o salário dos professores, mas aquele era o Governador que usava bigode; lá atrás, prometeu, mas não cumpriu.

Eu quero dizer também que eu não esqueci que esse Governador do Rio de Janeiro, o Sérgio Cabral, é do PMDB. É, é do PMDB! Eu disse aqui que, no Rio Grande, o culpado é o Tarso Genro. O Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, aliás, companheiro de tomar uísque bem caro junto com o Lula, tomam vinhos caríssimos em Paris, no Rio de Janeiro, em qualquer lugar. Eu não tenho nada, eu não tenho que me meter nisso, mas o Sérgio Cabral é muito mais amigo do Lula do que do PMDB do Rio Grande do Sul, por exemplo.

Agora, Ver. Kopittke, a maior de todas de V. Exa. foi essa de dizer que a Brigada não está partidarizada no Rio Grande do Sul. São obrigados a ser do PT! São obrigados porque tiram até do grupo aquele que cuida do Presídio Central; se não assinar ficha, sai de lá, sai da força-tarefa. E vou dar nome! Não hoje, o senhor não me pediu, mas, quando me pedir, eu vou dar.

(Aparte antirregimental do Ver. Alberto Kopittke.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Vários saíram do PMDB para o PT e não fazem falta nenhuma, porque foram vendidos, e desse tipo não se precisa. Esse não! Então, eu quero dizer, Ver. Kopittke, que, partidarizada, essa Brigada não merece o que está sofrendo. Felizmente, não são muitos que se deixam levar pelo canto da sereia. Agora já está no último ano, não dá mais para fazer promoções, vai começar a mudar tudo: muitos desses que se filiaram a vocês vão se desfiliar.

Uma pena que vocês estejam fazendo isso com a Brigada Militar. Nos nossos Governos, do Pedro Simon principalmente, que V. Exa. citou, o Coronel não foi candidato a nada, o Chefe de Polícia não foi candidato a nada. Estando no exercício e dizendo que é candidato! Qual é a diferença que o senhor faz entre o Coronel Trindade – um bom Coronel, foi um bom Comandante da Brigada, não é do meu partido, é da Governadora Yeda – fazer campanha eleitoral, ou propaganda eleitoral, e o nosso querido Ranolfo, que é um bom delegado, um bom Chefe de Polícia, mas está no programa fazendo campanha para o Tarso Genro? Não dá para abrir as cortinas ou pegar aquele guarda-chuva ou guarda-sol de praia todo furadinho, pois cai água! É o que acontece com as acusações que V. Exa. faz.

Vamos deixar isso para trás porque não faz bem, distorcer as coisas não faz bem. Eu acho que V. Exa. tem o direito e o dever de defender o Governador Tarso Genro, e o faz, cumpre com seu dever. Sei que V. Exa. é um Vereador sério, que se preocupa inclusive com os desvios, com os malfeitos que estão... e grandes, muitos malfeitos com provas. Tem alguns aí: o do Parobé ainda não saiu, e eu estou esperando para ver o que vão dizer da calçada do Parobé, que é a ponta do *iceberg*, é a mesma construtora de que dois filiados do PT fazem *lobby* ou são sócios. Mas quero dizer de novo: V. Exa. se preocupou com esse assunto e tentou, só que fizeram um malabarismo, pegaram alguns

pequenininhos e tal, mas nos grandes ainda não tocaram, os grandes valores. Eu espero que não precise chegar na época de campanha para virar aquela carnificina. Como foi feita uma operação aí, que se faça outra; que não se precise chegar no período eleitoral para o cidadão não ficar com nojo da política, porque é só denúncia para cá, denúncia para lá. Eu acho que o lugar de fazer é aqui. O lugar de fazer as averiguações é no Governo, nos tribunais. E deixar o horário político para fazer propostas positivas, que levem alguma coisa de novo para o Rio Grande, porque assim como está não dá mais! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Mario Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MARIO FRAGA: Obrigado, Sr. Presidente, Ver. Professor Garcia; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público das galerias, público que nos assiste pela TVCâmara, venho aqui em nome do meu partido, o PDT, exercer a Liderança, pois, por decisão da Bancada e através do Líder Márcio Bins Ely, foi decidido um rodízio. Então, hoje falo em meu nome, mas na Liderança do PDT, agradecendo à presença dos Vereadores Dr. Thiago, Delegado Cleiton, Nereu D'Avila e Márcio Bins Ely.

Naquele momento não pudemos votar. Votamos simbolicamente a Moção da Ver.^a Mônica Leal e votamos simbolicamente a Moção do Ver. Mario Manfro. Mas, queria dizer, em meu nome, Mario Fraga, que aprovo cem por cento as moções que foram aqui apresentadas pelos colegas Vereadores. Infelizmente, Delegado Cleiton, não gostaria de votar isso, porque estamos votando depois de uma morte. E aqui quase todos os Vereadores falavam, e falavam tristemente porque aconteceria morte. E aconteceu. Eu espero que aqui em Porto Alegre não aconteça, Dr. Thiago, porque hoje, mais uma vez, o Tribunal está julgando o dissídio dos rodoviários. E o que acontecerá, hoje à noite ou amanhã, ainda não sabemos. Estou pedindo para a minha assessoria ver o que está acontecendo no Tribunal. E hoje, aqui, nós, Vereadores, não falamos nada. Talvez, Dr. Thiago, tenha havido uma falha nossa, inclusive deste Vereador, de nós não estarmos, Ver.^a Lourdes, que tanto solicitou aquela Comissão... Hoje os Vereadores poderiam estar acompanhando isso, talvez para ajudar um pouco, para que o Tribunal faça o dissídio dos

rodoviários positivamente, já que os rodoviários solicitaram 65 itens. É lógico que o empregador não dará os 65 itens, mas nós, Vereadores, poderíamos estar lá ajudando. Então eu, que vivo lá naquela comunidade do Extremo-Sul, estou muito aflito, porque pode acontecer, hoje à noite ou amanhã, de não termos ônibus em Porto Alegre novamente.

Eu faço este registro aqui, a Liderança do PDT, que a morte do Santiago Andrade venha para ajudar, e não para entristecer mais, prejudicar mais ou acontecerem tragédias como essa que aconteceu. Por isso dou os parabéns à Ver.^a Mônica Leal e ao Ver. Mario Manfro.

Por outro lado, aproveito para dizer que amanhã de manhã a nossa equipe estará lá no Parque São Sebastião visitando algumas praças. Chegou um abaixo-assinado em meu gabinete, do Parque São Sebastião, no Jardim Lindoia, principalmente da Rua Itiberê da Cunha, porque há três praças naquele mesmo logradouro, e os moradores estão querendo fazer uma cancha de futebol sete, com piso de chão batido. Em uma das praças foi colocado basalto, e como as crianças têm se machucado, o pessoal está pedindo para tirar o basalto e transformar em chão batido, para que as crianças não se machuquem tanto. Nós vamos lá olhar. Em princípio, a gente vê dificuldade em desmanchar uma coisa que já está pronta. Então, vamos olhar o bairro todo para ver se a gente arruma outra localidade para fazer uma cancha, a pedido desses moradores que estão lá.

Estivemos também visitando, junto com o Tarso Boelter, no Arado Velho, a Associação Atlética Trienon, que está nos pedindo uma drenagem porque daqui a pouco mais começam as chuvas. Vamos tentar conseguir uma canalização de 120 metros, porque as ruas ficam alagadas, transbordam, e causam muitos problemas para os moradores.

Por fim, gostaria de agradecer mais uma vez ao Secretário Municipal de Obras, Ver. Mauro Zacher, pela conclusão das obras de repavimentação da Av. Juca Batista. Hoje já não se fala mais nos buracos da Av. Juca Batista, nem dos alagamentos. Além da repavimentação que foi solicitada por este Vereador, fizemos os recuos das paradas de ônibus – Maurício, nosso conselheiro que está nos assistindo aqui. O Secretário Mauro Zacher fez os recuos nas paradas em todo o trecho da Av. Juca Batista, ali da Estrada Ponta Grossa até a entrada da Restinga, na Av. Edgar Pires de Castro.

Então, fica aqui o nosso agradecimento ao Secretário Mauro Zacher pela repavimentação da Juca Batista, uma via que hoje está transitável. Terminaram os problemas de buracos,

de acidentes que estavam dando ali, principalmente com motos. Faço este agradecimento em meu nome e também em nome da Bancada do PDT. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Kevin Krieger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. KEVIN KRIEGER: Boa-tarde, Presidente. Ver, Cecchim, eu queria ficar ao seu lado, porque, na sua manifestação anterior, você falou que a culpa do que estava acontecendo era do Governador Tarso, mas você sempre falou no Rio Grande do Sul. Sempre falou no Rio Grande do Sul, do que está acontecendo aqui. Mas, para o nosso espanto, eu vi o meu querido amigo e Ver. Brasinha vir na tribuna e defender o Governador.

E, Brasinha, numa das suas falas, eu o ouvi dizer o seguinte: “Nós temos poucas viaturas, mas elas estão em locais estratégicos”. Não, isso não é segurança pública, Brasinha. Segurança pública é investir na polícia militar, é investir na tecnologia, é investir, treinar e preparar o nosso policial militar, não é ter poucas viaturas e elas estarem em locais estratégicos. Não é criminalizar os movimentos sociais, nós não queremos isso. Nós queremos que a polícia militar faça o seu trabalho contra os mascarados nas manifestações, mas nós queremos, Ver. Cecchim, que a polícia militar aja, como o Ver. Alberto falou, em relação à RBS, que eles tinham informações de que invadiriam, de que depredariam. E é um patrimônio privado, a polícia militar, se tinha as informações, tinha, sim, que dar toda a proteção, mas não pode a 100 ou 200 metros depois, na Av. Azenha, as lojas dos pequenos comerciantes, que lutam durante uma vida inteira para construir o seu comércio... O policial militar aqui e ali, quando as lojas estavam sendo saqueadas, destruídas, e o policial militar não poder fazer nada! E não é que ele não quisesse fazer! Ele foi proibido de agir! Ali, como eu estou o vendo, eles estavam vendo o saque, a depredação e o roubo de pessoas que trabalham e pagam impostos, de pessoas que trabalham e empregam muitas pessoas. Eles não podiam fazer nada, Brasinha. Pensa bem, Brasinha, é um conselho de um amigo; pensa bem!

Todos os Governos têm as suas questões positivas e as suas questões negativas. A Segurança pública não vai bem, Brasinha! E tu podes perguntar para quem quiseres na

rua, para as pessoas físicas e para as pessoas jurídicas, ela não vai bem. E não é somente em Porto Alegre! É no Rio Grande do Sul inteiro.

Eu tenho procurado viajar nos finais de semana, e o que eu mais escuto, Ver. Cecchim, é sobre a falta de Segurança pública. A falta de investimento nessa área.

Se não me engano, em 2012, o Rio Grande do Sul foi o estado que menos investiu em Segurança pública. Os dados de 2013, até vou me inteirar, mas as reportagens que estamos vendo na imprensa, dizem que, cada vez mais, aumentam mais os roubos, os homicídios e os furtos. Cada vez mais as pessoas se sentem inseguras!

E isso não é o Ver. Kevin Krieger quem está dizendo, mas são as pessoas com quem nós conversamos diariamente, que estão reclamando muito da Segurança pública.

Nós precisamos de governos que não pensem – Delegado Cleiton, tu que fizeste um grande trabalho nessa área na polícia civil – se o delegado é de partido A ou B, se o policial militar ou o coronel é de partido A ou B! Quem está na vida pública, como o senhor, sim, tem que escolher um partido para representar, para poder representar a população, mas quem está lá no comando não tem que ter cor partidária, tem que ter um trabalho pura e estritamente técnico.

Eu fui Secretário Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana da Guarda Municipal. Perguntem se os nossos comandantes eram filiados ao PP? Não, não eram filiados ao Partido Progressista, nunca foram convidados a se filiar ao Partido Progressista. E, hoje, tenho grandes amigos na Guarda Municipal, talvez por causa disso. Tenho o reconhecimento dessa instituição e dessa farda, que tem história na cidade de Porto Alegre. Tenho muitos amigos e o reconhecimento do trabalho que nós fizemos, inclusive com o porte de armas para a Guarda Municipal. Se, hoje, a Guarda Municipal tem o porte de armas, é pela gestão que nós fizemos na Secretaria de Segurança; se, hoje, tem preparo, é porque nós, junto com a Polícia Militar, treinamos os nossos Guardas Municipais, que dão exemplos, em nível nacional, de utilização de arma de fogo. Não lembro agora se foi em 2011 ou em 2012, mas, num assalto que ocorreu na Redenção a um taxista a Guarda Municipal o defendeu, e ele saiu com vida. Então são essas coisas que têm que ser trabalhadas na área da segurança pública, tecnicamente. O coronel, o soldado, o delegado não podem ter um viés partidário. O viés tem que ser puramente um trabalho técnico de Segurança pública. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Guarda Municipal, colegas funcionários desta Casa, hoje, nós passamos a tarde inteira falando sobre máscaras. Então eu gostaria de ler um poema de Brecht que fala o seguinte: “A Máscara do Mal. Em minha parede há uma escultura de madeira japonesa. Máscara de um demônio mau, coberta de esmalte dourado. Compreensivo, observo. As veias dilatadas da frente, indicando como é cansativo ser malvado”. Eu acho que não se trata, simplesmente, somente de mascarados participarem das ações, dos movimentos de rua; trata-se, sim, – isso eu acho importante, poderíamos até... Já vi agora, em uma entrevista no fim de semana, algumas pessoas colocando que no carnaval não pode se proibir máscara, no carnaval pode, sim, usar máscara e ser, quem sabe, extremista, então, não é disso que eu trato aqui. Eu lendo aqui, em um artigo de fim de semana, uma cobradora de ônibus em Brasília foi chamada de negra ordinária. Saiu em defesa do seu colega, e, pelo passageiro, foi chamada de negra ordinária, assim como uma turista australiana, também em Brasília, que entrou num salão de beleza e não quis fazer as unhas com a manicure negra; assim como, infelizmente, algumas pessoas, usando do anonimato nos seus cantos, nos seus espaços, felizmente e infelizmente... Sim, foi filmado que era ação do Deputado – acho que não quer dizer, como eu disse quinta-feira, contra o partido –, um Deputado que não usava máscara, mas dentro de um grupo. E, se não fosse filmado, ficaria por isso mesmo; um Deputado que falava contra negros, homossexuais, quilombolas. Esse racismo velado, creio eu que é pior do que máscaras, senhoras, porque essa é uma máscara que não cai. E, quando eu li aqui o Poema de Brecht, as máscaras, mais cedo ou mais tarde, vão cair. Eu tenho medo, muitas vezes, até de acusações se é partido A, partido B; eu tenho medo não é dos partidos, eu tenho medo é dos extremos. E digo aqui: eu tenho medo da extrema-esquerda e tenho medo da extrema-direita. Então, senhores, quando se fala em máscaras, nós temos que falar desta máscara velada que alguns usam, por exemplo, para ir para dentro de uma torcida e fazer o que fizeram com o Tinga. E já haviam feito aqui no nosso Rio Grande, o Juventude já havia feito a mesma ação, e um zagueiro do Juventude, que é da Seleção Brasileira,

pág. 59

também tinha feito uma mesma ação, e ficou por isso mesmo. Espero que o Partido desse Deputado Federal abra, sim, uma Comissão de Ética, e não coloque simplesmente uma desculpa. Não! Se o partido não pensa assim, tem que abrir uma Comissão de Ética, para que esse senhor explique esse racismo velado, essa máscara que ele usa em nome, infelizmente, de pequenos agricultores. Então, isso, sim, é a máscara que nós devemos cuidar. Nós devemos cuidar, sim, das pessoas infiltradas nos movimentos, devemos cuidar. Perdemos uma vida agora no incidente do Tatu-Bola, um brigadiano, também em outros incidentes. Nós temos que cuidar esses covardes que, em função de um preconceito velado ou por trás de uma máscara, se escondem para cometer verdadeiros crimes.

Para encerrar, Presidente, eu gostaria de falar rapidinho da CPI que está sendo instaurada na Assembleia Legislativa a respeito da energia elétrica. Não pode ficar como está, nós temos que trazer para dentro dessa CPI, tem que ser feita essa CPI para avaliar esta nova gestão em cima da energia elétrica. É um absurdo o que estão fazendo com os pequenos agricultores fora e também com os nossos bairros.

Para encerrar definitivamente, só para dizer aos senhores: há alguns anos, eu, como policial, e a Brigada Militar também, nos foi obrigado a dizer, por alguns meses – durou pouco mesmo –, ao atender ao telefone, em vez de dizer “Polícia Civil” ou “Brigada Militar a seu dispor”, como foi sempre dito, porque ali é uma instituição independente, nos foi obrigado a dizer: “Administração Popular, Governo Olívio Dutra!”

Para terminar essa conversa que estávamos tendo, existe, sim, um direcionamento político, é o que estão tentando fazer com que aconteça. Mas temos ali grandes policiais que estão trabalhando em torno da lei e que não se mixam por qualquer ordem ou promoção. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Comunicações.

O SR. DR. THIAGO: Obrigado, Presidente, vou fazer um *pot-pourri* aqui de tudo que foi comentado hoje. Eu gosto muito das intervenções do Ver. Kopittke, pena que ele não está aqui para nos ouvir, quando ele vem a esta tribuna de forma inflamada e fala da Constituição de 1988, a Constituição Cidadã! Mas o PT não assinou a Constituição de 1988! Vamos lembrar isso! O PT não assinou a Constituição de 1988! Vamos recuperar esses dados da história. Aí o Ver. Kopittke fala do uso ideológico da polícia!

Eu vou ler um trecho do livro que eu já indiquei aqui, do assassinato de reputações. Romeu Tuma Júnior (Lê.): “Uma das formas de contrainteligência é a arte de plantar informações falsas e produzir fatos inverídicos, misturados com pontinhas de verdade. A técnica consiste em colocar uma verdade muito verdadeira polvilhada com muitas mentiras; a força da verdade conduz o receptor da informação a acreditar nas mentiras. E a PF de Lula, por obra dele, tem sido insuperável nesse quesito. Você cria defesa quando não existe ataque, inventa ataques falsos e indefensáveis: é o que o PT de Lula faz todos os dias. Lula é mestre nisso, cria e inventa informações contra um próprio aliado. E, atemorizado, o cara vai correndo buscar o colo dele, pedindo ‘arrego’ e proteção. Com isso, esse ‘aliado’ já entra na lista dos contemplados pelo governo, em caso de solicitar algo mais, além de se circunscrever, por inércia da coreografia de poder, numa outra lista, que é a dos devedores eternos ao seu ‘salvador’ Lula”. Então, quem ideologiza a polícia, quem tenta aparelhá-la está bem colocado aqui quem é.

Eu quero dizer que só não ocorreu aqui nenhum dano físico maior durante o processo de invasão da Câmara, não ocorreu aqui nenhum ato de vilipêndio maior ao patrimônio das pessoas, por condução desse processo. Eu quero dizer Ver. Kevin que uma polícia bem colocada, Ver. Delegado Cleiton, ela começa por uma polícia técnica bem aparelhada, por uma polícia técnica valorizada, e não é isso o que está ocorrendo no Estado do Rio Grande do Sul. Basta perguntar para os técnicos do Instituto Geral de Perícias, para os peritos médicos legistas, para os peritos criminais, para os papiloscopistas, para os técnicos em perícias o que está acontecendo. Até o nome de perito médico legista querem mudar! Até o nome de perito médico legista querem mudar para que outros profissionais possam executar essa atividade. Então, é importante a sociedade ficar bem atenta a isso. Ainda mais agora que já temos mais de vinte dos pobres cubanos que já desertaram, já foram para os Estados Unidos, via Brasil. Mais de vinte médicos cubanos que vieram para cá já foram embora.

Então, eu acho que, se houve a necessidade de expormos isso para conseguirmos a saída da escravidão dessas pessoas, isso já vai ter sido positivo.

Com relação à Audiência de hoje, eu já vejo algumas pessoas aqui das categorias, e quero tranquilizar os Vereadores de que, efetivamente, a Câmara cumpre um papel importante baseado no art. 36, da Lei nº 141, de 2012, que diz que o gestor do SUS, em cada ente da Federação, elaborará um relatório detalhado referente ao quadrimestre anterior, e que deve ser realizada essa prestação de contas no Legislativo respectivo. É isso que estamos fazendo aqui, é isso que vamos fazer no dia 16 junho e é isso que faremos, também, no dia 10 de outubro: oportunizar o diálogo dessas entidades sobre, sem dúvida nenhuma, a correção das dificuldades e das questões que não estão corretas no âmbito da Saúde Municipal. Por isso, já agradecemos, antecipadamente, a presença de todos, hoje, às 19h, neste Plenário, por solicitação do Ministério Público Estadual, do Ministério Público Federal, na Audiência Pública. Muito obrigado e fica a reflexão de todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Elizandro Sabino.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Ver. Roni, meu querido amigo André Gutierrez, assessor do meu querido amigo Ver. Kevin, estava conversando com ele e a gente sabe do carinho que eu tenho por ti, Kevin. Sei que tu és uma pessoa muito querida e, fora isso, somos torcedores do mesmo time e somos conselheiros do mesmo time, só não somos do mesmo time do Governo, mas do Municipal, sim, e, por sinal, um Governo de transparência, um homem que trabalha pensando nas comunidades. Senhores, eu ouvi o Ver. Alberto Kopittke, que não está aqui, falando do Coronel Mendes, eu tenho saudades do Coronel Mendes! Eu tenho saudades, Ver. Thiago, do Coronel Mendes. Tenho saudade, Ver. Dr. Thiago, do Coronel Mendes. Se o Coronel Mendes estivesse aqui, a turma não entrava aqui. Não entrava em hipótese nenhuma, porque o Coronel Mendes tinha uma estratégia de barreiras, e era muito boa. Ele costumava dizer que o crime andava sobre rodas, e é verdade. O Coronel Mendes fez barreiras para todos os lados. Eu não tenho encontrado mais barreiras e tenho pedido

para os comandantes da Brigada, porque, realmente, quem não deve não tem medo. Para mim, podem ter 10 barreiras; se tiver que parar, eu vou parar, porque é importante a segurança, a logística da Brigada é importante. Quando era o Coronel Mendes, Ver. Delegado Cleiton, o senhor lembra que vocês tinham a parceria da Polícia Civil com a Brigada, e faziam muitas barreiras juntos? Hoje, eu não tenho encontrado, mas, das coisas boas que acontecem, que eu falei do Governador Tarso Genro, que eu tenho visto, é muito importante até a linha da Polícia Civil. O sonho da Polícia Civil era ter um helicóptero, meus amigos. Passaram vários Governadores que sequer botaram; o Tarso botou um helicóptero para a Polícia Civil, Delegado Cleiton. A Brigada Militar, com a sua logística, que é grande, é uma instituição muito grande, tem avião, helicóptero, mas o sonho da Polícia Civil era ter um helicóptero, e graças, Kevin Krieger, ao Governador, hoje, a Polícia Civil tem. Eu sou uma pessoa que reconhece muito as coisas boas que acontecem no Governo, no nosso Governo, e também as coisas ruins que aconteceram no Governo do PT em Porto Alegre. Tiveram 5.844 dias e deixaram a Cidade cheia de buracos participativos, foi assim. Deste governo eu tenho cobrado, e o Governo do Estado agora está proporcionando empregos, está trazendo a fábrica de elevadores; quando era o Governo Olívio, a Ford foi mandada embora! E agora o Tarso está trazendo, está habilitando o Rio Grande para ficar melhor do que já é. Então, senhores, eu não tenho nada contra os Governantes, não tenho nada contra a Brigada; aliás, eu sou a favor da Brigada – se não fosse a Brigada, eu não estava aqui – e não tenho nada contra a Polícia Civil, porque eu tenho admiração pelo nosso Comandante, que é o Delegado Ranolfo, que é um cara que realmente se consolidou como chefe da Polícia. Então, eu tenho certeza absoluta, Ver. Kevin Krieger, de que as coisas boas vão acontecer neste Governo, talvez em outro governo e talvez no seu Governo, mas também terão as coisas ruins. A gente sabe que governo nenhum vai ser cem por cento favorável, sempre terão as coisas boas e as ruins. Então eu quero dizer que, se é para eu falar mais das ruins, prefiro ficar com as coisas boas.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Kevin Krieger está com a palavra em Comunicações.

O SR. KEVIN KRIEGER: Boa-tarde, Presidente, Ver. Garcia; demais Vereadores e Vereadoras; Brasinha, para te aliviar, eu não vou falar mais sobre o Governo do Estado e sobre a Segurança Pública. Desde que voltei à Câmara, não tive oportunidade, e hoje vou falar um pouco sobre o nosso projeto. Quando eu estava no Executivo, na Presidência da Fundação de Assistência Social e Cidadania, nós encaminhamos, junto com o Prefeito, um projeto de lei de reorganização da Fundação de Assistência Social e Cidadania para entrar na legislação do Sistema Único da Assistência Social na cidade de Porto Alegre. Nós já temos o SUAS, na prática, Ver. Dr. Thiago, que atua muito nessa área social, nas periferias da Cidade. Então, nós tivemos a boa notícia, através do Ver. Márcio Bins Ely, que era o Relator desse projeto na Comissão de Constituição e Justiça, que deu parecer favorável, não havendo óbice. Ou seja, o projeto está tramitando, vai passar nas outras Comissões, e eu acredito que em torno de 30 a 45 dias, Ver. Brasinha, nós já tenhamos esse projeto de lei para ser votado no nosso plenário da Câmara Municipal de Porto Alegre, que tem o dever de fazer a discussão. Mas, sem dúvida nenhuma, esse é um projeto significativo para Porto Alegre, Ver. Marcelo, porque ele reestrutura a Assistência Social da nossa Cidade, na diretriz do Governo Federal, na diretriz do Ministério do Desenvolvimento Social que dá toda a ferramenta de como o Sistema Único da Assistência Social tem que ser feito nos Municípios. Porto Alegre já está adequada a esse Sistema desde o ano de 2010, 2011, e, agora, nós temos que regulamentar por lei esse projeto na Câmara de Vereadores. E, sem dúvida nenhuma, estará criando em torno de 600 cargos novos para servidores públicos; não são cargos de confiança, Brasinha, são cargos para servidores do Município, servidores públicos, entre assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, educadores sociais, entre tantas outras profissões que compõem o SUS na cidade de Porto Alegre.

Eu não tinha tido a oportunidade de falar nisso, até pelos debates acalorados que temos tido no plenário da Câmara Municipal.

Queria, Delegado Cleiton, deixar muito clara a minha posição, a do partido, em Porto Alegre. Fiz uma nota, na semana passada. O Presidente Celso Bernardi também emitiu uma nota repreendendo as declarações do nosso Deputado Luis Carlos Heinze, do Partido Progressista. O partido não concorda com isso, de forma nenhuma, e é veemente contra aquela manifestação.

Estamos, como falei na tribuna, na semana passada, ao lado do nosso querido amigo Tinga, ao lado daquela pessoa que sofreu racismo por parte de uma pessoa que foi à manicure e não quis ser atendida por uma negra. Nós estamos ao lado do povo negro.

Inclusive, Ver. Delegado Cleiton, hoje, o Partido Progressista tem a honra de ter indicado a Secretária Adjunta do Povo Negro na Secretaria de Direitos Humanos, que vem fazendo um bom trabalho junto aos quilombos, junto a toda a população do povo negro da nossa Cidade. Temos orgulho de estar à frente desta participação, que consideramos muito importante, à frente de a Fundação conseguir cadastrar todos os quilombos.

E, hoje, também, no calor da emoção, falei, respondendo ao Ver. Alberto Kopittke, na questão dos índios, na Parada Gay, na Semana da Consciência Negra.

Ver. Delegado Cleiton, faço questão de lembrar um fato superimportante: se não me engano, foi em 2006 e 2007, o Quilombo Silva, que fica perto da Nilo Peçanha, estava com uma decisão judicial de reintegração de posse para os proprietários daquela terra. Eu e o Ver. Carrion fomos acionados – ele na Câmara de Vereadores e eu na Secretaria Municipal de Direitos Humanos; fomos até o quilombo e negociamos com a Polícia Militar, com a nossa Brigada Militar, para não haver a reintegração de posse, defendendo aquelas terras para os quilombos.

Tenho orgulho disso, desses fatos, dos quais estive à frente. Defendo e sempre vou defender o meu partido. E fico muito feliz quando tu dizes que essa não é uma questão do Partido Progressista, mas que o partido, sim, tem que conversar com o seu deputado, no mínimo na Comissão de Ética, e eu vou conversar com o nosso Presidente Celso Bernardi para ver qual atitude vamos tomar. Sei que ele foi repreendido no mesmo momento das suas declarações, tanto que o Presidente Celso expediu uma nota forte em relação às suas manifestações. E o nosso partido de Porto Alegre também – eu, como Presidente, a nossa Bancada – expediu uma nota muito forte, repreendendo e repudiando essas declarações que, com certeza, não podem acontecer como aconteceram no Peru; como já aconteceram, e tu bem lembraste, lá no Juventude, pelo zagueiro Antônio Carlos. Então, cada vez mais, nós temos que nos unir, buscar e lutar na defesa dos direitos dos negros, contra o racismo, contra a homofobia e contra qualquer discriminação que aconteça na nossa Cidade, no País e no mundo.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra em Comunicações.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Sr. Presidente e Srs. Vereadores, eu queria aproveitar estes cinco minutos para fazer uma lembrança do que aconteceu. Quero mostrar aqui para já ter uma imagem. (Mostra fôlder.) No dia de ontem, encerrou-se o III Fórum Mundial da Bicicleta, na cidade de Curitiba, com o *slogan* A Cidade em Equilíbrio. Eu gostaria de fazer aqui as conexões que devem ser feitas com a bicicleta. Hoje, discutimos aqui um Veto do Executivo em relação ao Projeto do Ver. João Derly sobre um programa da qualidade de vida e redução do peso, combate à obesidade. Então, a bicicleta tem relação com muita coisa, com uma cidade diferente, por exemplo, pois ela, por si só, já é um elemento de transformação, de aproximação entre as pessoas. Começo pela nossa ida, sexta-feira, para Curitiba, quando chegamos lá e o Prefeito autorizou, durante esses três dias, a entrada de bicicletas dentro dos ônibus, dentro dos “ligeirinhos” – que são os ônibus que há em Curitiba –, inclusive dentro da estação-tubo. É impressionante como o fato de você estar com a bicicleta dentro do transporte coletivo, Presidente, já é um elemento, por si só, de aproximação. Assim como é o Projeto de nossa autoria, que debateremos neste ano, que trata sobre o transporte de pequenos animais dentro dos ônibus. As pessoas – pessoas estranhas a mim – me viam com a bicicleta dentro do ônibus e perguntavam: “Onde você vai?”, “Que bicicleta é essa?”, “De onde você vem?” E o animal também faz esse papel. Inúmeros casais, relacionamentos, amizades começam e não terminam por conta dos animais de estimação. Então, a bicicleta não é... infelizmente se tem um reducionismo muito forte quando se pensa a bicicleta apenas como um objeto de lazer ou como um objeto de esporte, de atividade física. A grande quebra de paradigma é a bicicleta como meio de transporte. Ela é mais eficiente, pesa 10, 12, 15 kg no máximo e transporta 70, 80 kg; enquanto que um automóvel tem 500, 800 kg, uma tonelada e transporta 70, 80, 100 kg. Se for o Ver. Janta ou o Ver. Delegado Cleiton, um pouquinho mais. Então nós precisamos efetivamente de leis que favoreçam não só as ciclovias. As ciclovias são apenas o primeiro passo que garantem a segurança do uso diário da bicicleta. As pesquisas, durante o Fórum Mundial da Bicicleta, mostraram, mais uma vez, que há uma melhoria em saúde, que há uma melhoria na qualidade de vida, há uma reaproximação entre as pessoas, uma reaproximação com a

cidade. O Ver. Kevin Krieger acha que eu sou aqui monotemático da mobilidade urbana, mas não acredito que nós tenhamos que ser especialistas em tudo, isto é uma contradição já em termos. Eu não sou especialista, por isso ocupo muito poucas vezes a tribuna porque acho que só se deve ocupar a tribuna quando se tem uma colaboração efetiva para a Cidade. Estou aqui ocupando o período de Comunicações para lembrar que em Porto Alegre, há três anos, um sujeito resolveu atropelar um grupo grande de ciclistas, em torno de 150 ciclistas, e há uma leitura inclusive sociológica desse fato, Ver. Brasinha. Se fosse uma caminhada, um protesto em que as pessoas estivessem caminhando, talvez o sujeito não teria se aventurado a acelerar, mas a bicicleta é um elemento questionador de uma ordem estabelecida, que é a ordem voltada para o uso do veículo individual. A grande quebra de paradigma é a rediscussão de uma justiça na mobilidade urbana. E aí o transporte coletivo, mais do que a bicicleta inclusive, é capaz de dar justiça à mobilidade urbana.

O Sr. Delegado Cleiton: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Não é para entrar no mérito, mas só para parabenizar sua postura sempre que sobe à tribuna. Sempre que sobe à tribuna V. Exa. tem um elemento a mais para trazer à discussão nesta Câmara.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Obrigado, Ver. Delegado Cleiton. Inclusive tenho amadurecido um pouco a ideia, nós teríamos que ter uma revolução na nossa Câmara de Vereadores. Já tem um Projeto tramitando para que as Sessões sejam à noite, acho que todas as Sessões deveriam ser à noite. Sei que é uma questão de logística, uma questão dos servidores que precisam estar conosco, mas, de fato, no Interior, as Câmaras funcionam à noite, quer seja para permitir que as pessoas da comunidade possam vir, pois estão trabalhando durante a tarde, ou porque, talvez, a função de Vereador não deva ser uma função tão remunerada e tão profissionalizada como é aqui na Capital e no nosso sistema político brasileiro. Estou dizendo isso, mas não amadureci a ideia nem com o meu partido, nem com a minha bancada, nem com a minha equipe, estou aqui abrindo um pensamento que me veio. Em muitos países, o Vereador recebe um auxílio de custo pelas sessões de que participa; talvez aí seria, dentro de uma reforma política profunda, a

função nossa, inclusive, de relegitimação dos Parlamentos municipais. Mas essa é uma discussão que virá, talvez, num futuro projeto de lei, vamos ver.

Assim como a gente quer trazer temas importantes, quero voltar e terminar falando sobre duas coisas neste tempo curto que me resta: uma é que vivemos um momento decisivo. A questão da licitação do transporte coletivo em Porto Alegre poderia – talvez não na pressa com que será feita –, reequilibrar essa justiça nas idas e vindas diárias de toda a população. A segunda é o fato de que estamos prestes a sofrer um retrocesso. Nós temos aqui um Plano Diretor Ciclovitário, aprovado em 2009, que prevê 400 quilômetros de ciclovias, tem um fundo garantido para isso, que é de 20% das multas de trânsito, e tramita nesta Casa – por muito pouco, não foi à votação no final do ano passado – esse projeto de lei que cria um fundo, sem fundo, ou seja, ele cria um fundo e retira a obrigatoriedade da destinação dos 20% das multas de trânsito. Será tema de debate, haverá uma audiência pública no mês de março, e nós estaremos prontos para defender uma causa que, repito, é da Cidade, é do futuro, não é apenas uma questão de quem quer se deslocar com bicicletas. Contamos com o apoio da população e dos colegas Vereadores da Casa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Solicito ao Ver. Delegado Cleiton que assuma a presidência para que eu possa me manifestar da tribuna.

(O Ver. Delegado Cleiton assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): O Ver. Professor Garcia está com a palavra em Comunicações.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Vereador Delegado Cleiton, presidindo os trabalhos; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, público que nos assiste; como hoje estou inscrito no período de Comunicações, trago a público, para reflexão, uma discussão que hoje tem sido um norte da Cidade. É sobre as construções temporárias do Sport Club Internacional, construções essas que estão na ordem de R\$ 30 milhões.

Quero dizer que, em 2011, como Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, tive a oportunidade de fazer duas reuniões nesta Casa com a participação do Sport Clube Internacional, do Executivo e dos presidentes da Banda da Saldanha, do Itinerante, da Praiana e do Imperadores do Samba. Naquela ocasião, foi discutido que seria construído um centro cultural que, durante o período da Copa, seria utilizado pela imprensa. Depois, seria utilizado pela Banda da Saldanha, Itinerante, Praiana e Imperadores. Inclusive ficou acordado que elas sairiam momentaneamente do local para a implantação da obra. Lembro que o Secretário Adjunto da Copa, José Mocellin, esteve na Comissão e apresentou uma maquete do centro cultural. Naquela oportunidade, em 2011, o Internacional já colocava as suas dificuldades para manter aquilo que estava sendo acordado. Mas todos sabiam que o Internacional e o Executivo – o Executivo trazendo a maquete – se responsabilizariam pela questão da construção temporária. Para minha surpresa, no ano passado, esse assunto morreu! Neste ano, não se fala mais nisso; ou seja, o que se fala é que a construção temporária vai ser utilizada no Gigantinho, no Centro de Eventos, nas garagens do Internacional, e a questão do centro cultural foi esquecida.

Então, quando se fala que essa construção temporária não deixa nenhum legado, não é a realidade dentro daquilo que foi combinado e discutido aqui nesta Casa, com ênfase. Foi discutido, sim, que essa construção seria utilizada somente no período da Copa para a imprensa, mas que, depois, ficaria como legado para as entidades carnavalescas. As entidades carnavalescas sabiam que perderiam um pouco da metragem que têm hoje, mas ganhariam situações de modernidade nos seus locais. Eu não sei por que esse assunto hoje não se discute mais. Não se discute mais o centro cultural, que está lá na SECOPA, e a SECOPA tem a maquete. Eu volto a dizer: o Secretário Adjunto, José Mocellin – e tem as notas taquigráficas gravadas e guardadas aqui nesta Casa –, trouxe e mostrou como seria. O Sport Club Internacional, que participou, colocou também que sabia, mas tinha dificuldade de atender.

Por isso, de forma fraterna – e estou utilizando hoje a tribuna como Vereador inscrito no período de Comunicações neste momento, não como Presidente da Casa –, quero fazer essa discussão de frente, querendo saber por que o Internacional fala, mas não fala mais no centro cultural. Por que o Executivo fala, não mostra a maquete que tinha, e deve ter, porque não some, na questão do centro cultural? E por que – também eu gostaria de

saber – as escolas não falam mais no centro cultural, que é seu espaço? Ou esse assunto é tabu... Eu não sei dizer o que está ocorrendo neste momento, mas, como eu presidi duas vezes as reuniões na Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude, nós temos que trazer isso para reflexão e discussão. Se não vai sair mais o centro cultural – talvez até nem dê tempo, porque estamos em fevereiro, e para construir –, que se diga que não vai sair o centro cultural! Que se coloque isso para aquelas entidades carnavalescas e que se assuma aquela maquete que tinha. O que houve? Senão, eu volto a dizer: tudo aquilo que foi discutido enquanto eu era Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude não está valendo mais nada. A maquete que o José Mocellin, Secretário Adjunto da SECOPA, apresentou aqui, e o Sport Club Internacional prometeu para as entidades carnavalescas, que estavam aqui presentes, não vale. Essa discussão nós temos que trazer a público porque temos visto as mais diferentes notícias, e, no centro cultural, não se fala; e o centro cultural é um legado que ficaria para as entidades carnavalescas de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Antes de retornar o espaço ao Presidente, quero parabenizá-lo por este tema e dizer que a comunidade da cultura popular, do carnaval, do samba, cobra, e muito, esse espaço. Eu não sei realmente o que está acontecendo com os dirigentes, mas é um tema que tem que ser trazido aqui, porque a comunidade, nas minhas andanças por aí, tem cobrado muito esse espaço, que seria o espaço cultural do samba.

(O Ver. Professor Garcia reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Ver.^a Sefora Mota está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente.

Passamos à

PAUTA

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta. (Pausa.) Ausente. O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir a Pauta. (Pausa.) Ausente. O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, em verdade, Sr. Presidente, eu me surpreendo, positivamente, pela renovação de um fato que nós já tínhamos comentado ultimamente, que é a presença em discussão preliminar de uma série de novos projetos, em grande parte de origem legislativa.

Mas o Executivo também comparece com dois processos que, evidentemente, não se restringem aos problemas de pessoal, um dos quais eu tive a oportunidade de agora, pela tarde, discutir com os dirigentes do Departamento Municipal de Habitação, que é o PLE nº 002/14, que autoriza o Executivo Municipal a conceder ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, da Caixa Econômica Federal, o uso dos próprios que descreve para fins de implementos da construção para habitação popular na sistemática do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Dentre os vários terrenos que o Município de Porto Alegre disponibiliza para o Programa Minha Casa, Minha Vida, a metade ou mais, Ver. Brasinha, tem como objetivo viabilizar a execução da obra da Av. Tronco, porque o Prefeito José Fortunati, numa atitude absolutamente coerente, e, sobretudo, digna, determinou que não se iniciasse nenhuma obra mais consistente, que envolvesse a remoção de alguns dos atuais ocupantes da área destinada à implantação da Av. Tronco, sem que houvesse a alternativa concreta de habitação destinada a essas pessoas, ou quem sabe, um dos outros projetos assemelhados, dentre os quais, a moradia social, ou a indenização pura e simplesmente do interessado.

No rol das áreas, aqui colocadas, e mais de 30, 60% são terrenos na área da Av. Tronco, que possibilitarão a edificação de aproximadamente 1.500 moradias, cuja seleção da empresa contratante já está assegurada, mas que só será objeto do início das obras uma vez aprovado este projeto de lei, e encaminhado à Caixa Econômica Federal, que assim ficará com a promessa do Município de, no momento em que forem concluídas as obras de construção desses prédios, que serão utilizados na realocação, recolocação dos moradores do entorno da Tronco. Nesse momento, só nesse momento, então, será oficializada a escritura que transfere para o patrimônio da Caixa, para o Programa do

Fundo de Arrendamento Residencial, a posse e a propriedade daquele terreno. O uso daquele terreno será a mais correta expressão, porque me parece que o que ocorre não é a transferência da propriedade, mas o direito de superfície que a Caixa passa a ter sobre o respectivo imóvel.

Então, Sr. Presidente, eu quero acentuar essa circunstância exatamente no momento em que o Prefeito da Cidade se queixa amargamente da protelação indefinida e incessante que ocorre na liberação dos recursos para outras obras que se encontram em andamento e que certamente não lograrão ser concluídas no prazo previsto, nem naquele já aditado, com prolongamento, sem que haja a resolução objetiva desses recursos, objetos de contratação, depois de longa demora, e que, inexplicavelmente, tardam a chegar aos cofres do Município e, por consequência, na implantação dos projetos que se encontram amarrados. No presente momento, é uma situação insustentável na cidade de Porto Alegre.

Por isso, Sr. Presidente, quero deixar claro que este projeto, assim que chegar na Comissão de Constituição e Justiça, vai ter um tratamento muito especial da nossa parte, até porque foi encaminhado para a Casa em 14 de janeiro e, dentro de breve, estará aqui, há mais de 45 dias. Se tiver uma manifestação da CCJ, poderá ser objeto de votação em regime prioritário. Era isso, Sr. Presidente. Este debate preliminar que se faz com a matéria em pauta é o que faço no dia de hoje.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol. Agradeço a permanência de todos os Vereadores até este horário. Boa-noite a todos. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h47min.)